

Caminho para o futuro

P. Central

FOTOS FLÁVIO DUTRA / JU



*Programa de Ações Afirmativas da UFRGS efetiva a inclusão de negros

*Novos cursos criados pelo Reuni aumentaram as opções de ingresso



TERRITÓRIOS DA PAZ

Para desarticular o poder do crime

P4

SEGURANÇA

Laboratórios: conhecer os riscos evita acidentes

A Universidade vem investindo em programas de capacitação visando à segurança dos usuários de seus laboratórios. Uma das iniciativas nesse sentido é o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), órgão do Instituto de Química que desenvolve treinamentos para professores, técnicos e estu-

dantes de graduação, pós-graduação a cada início de semestre. Já o Serviço de Proteção Radiológica da UFRGS realiza, em média, três vistorias anuais nos 56 laboratórios que utilizam materiais radioativos. Rotina que, segundo o supervisor Tullio Moro, se constitui na única do gênero em todo o país. **P7**

ACORDEÃO

Versatilidade do instrumento permite composições elaboradas



P13

LEGISLAÇÃO

Mudança na CLT regula teletrabalho

Especialistas, como a professora do Departamento de Direito Econômico e Social da UFRGS Luciane Cardoso Barzotto, dizem que a aprovação da Lei 12.551 veio corrigir as imperfeições da antiga legislação trabalhista brasileira. Para o presidente da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividade, Alvaro Mello, o trabalhador que exerce uma atividade a distância tem os mesmos direitos e responsabilidades que qualquer outro empregado. Porém, o grande problema do novo texto é que ele não estabelece critérios para se calcular de que maneira e-mails, torpedos e telefonemas poderão ser convertidos em horas adicionais. **P5**

COMPORTAMENTO

Uruguai é exemplo de cultura cívica

“Os uruguaios têm consciência do pluralismo, das diferenças que são legitimamente respeitáveis, ainda que não coincidam com a opinião da maioria.” Assim Raúl Rojo, docente dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Relações Internacionais da Universidade, define nossos vizinhos do Prata. O professor de História da UFRGS Enrique Padrós, uruguaio, acredita que o motivo para a sociedade ser avançada em temas controversos, como a união homossexual e o aborto, está ligado ao elevado nível educacional e à alta capacidade de acesso da população à informação. **P10**

Paleontologia

Descoberta de fóssil abre novo caminho para a pesquisa **P11**

Cultura

O legado da Semana de 22 para a arte brasileira **P12**

Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

O desafio da qualidade

As instituições de ensino superior possuem a estratégica missão de formar as futuras gerações, gerar conhecimento e inovação, e contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade. Desde a criação das centenárias e pioneiras faculdades que deram origem à UFRGS, a busca da qualidade acadêmica é um importante desafio para a gestão institucional.

Enquanto construção do coletivo da comunidade universitária, o reconhecimento interno e externo da qualidade motiva reflexão e inspira ações concretas. O Índice Geral de Cursos do MEC, que pondera anualmente os conceitos de todos os cursos de graduação e de pós-graduação consolidou a posição da UFRGS entre as três melhores instituições universitárias do país. E o ranking webometrics de visibilidade das universidades de classe global na internet, divulgado no início de 2012, aponta nossa instituição como a segunda brasileira, a terceira no ranking latino-americano e entre as cem melhores avaliadas.

Elemento fundamental do IGC é o ótimo desempenho conquistado pelos nossos

estudantes no exame nacional da graduação, o Enade. Desde a sua primeira edição, em 2004, são muitos os cursos em que a nota máxima é sempre alcançada, aliás, a maioria dos cerca de 50 cursos avaliados situam-se entre os cinco ou dez melhores do país. Ora, é fato reconhecido que as universidades federais vêm tendo seu orçamento recuperado nos últimos 10 anos e que são inéditas as atuais condições de infraestrutura física e material, mas entendemos que tal desempenho é fruto de um ciclo virtuoso que tem como centro as pessoas: professores, estudantes e técnicos administrativos. Estudantes admitidos após exigente processo de seleção; docentes com a melhor formação possível (85% com titulação de doutor) e dedicados à academia (mais de 80% em regime de Dedicção Exclusiva); e um quadro de técnicos administrativos qualificado e motivado, sujeitos de um dos melhores programas de capacitação do país.

A comunicação interna e externa à Universidade, com ênfase para os meios digitais, ocupa posição fundamental e fornece um dos pilares para o reconhecimento da

qualidade. Dois avanços merecem destaque: a criação do Lume, o repositório digital que contou, no ano de 2011, com mais de 2,5 milhões de downloads e mais de 4 milhões de acessos, e a nova página web, inaugurada em outubro passado e que, em breve, terá versão em inglês. Desta forma, estão mais visíveis os avanços nas áreas de pesquisa e de produção científica, cultural e artística, as ações da Universidade junto à sociedade e as inúmeras oportunidades acadêmicas para os estudantes de graduação e pós-graduação, inclusive para aqueles que vêm de outras instituições nacionais ou do exterior para mobilidade estudantil.

Uma característica singular torna o desafio da qualidade ainda mais belo: a renovação. A cada ano recebemos novos estudantes e conferimos titulação a números cada vez maiores de concluintes. Alegria, expectativas, emoção e esperança animam este momento de especial satisfação e responsabilidade.

Sucesso aos que concluíram suas trajetórias em 2011. E boas-vindas aos recém-chegados e aos que permanecem para o semestre 2012/1.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnoupolha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecke Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Daltrio José Nunes, Edison Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Gustavo Demarchi e Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia
Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falchetta
Bolistas
Daiane de David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochmann (jornalismo)
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Memória da UFRGS

Década de 1960

Em plena Rua da Praia dos anos 60, a Passeata dos Calouros da UFRGS movimentava o Centro da cidade, atraindo a atenção do público. O desfile incluía estudantes caracterizados, carros alegóricos e frases de crítica à situação do ensino brasileiro.



ACERVO LUME / UFRGS

Mural do leitor jornal@ufrgs.br

Passarela para pedestres

Como aluna da Universidade, quase que diariamente preciso enfrentar a travessia da rua Sarmiento Leite para chegar até o prédio onde funciona meu curso. Apesar da existência de um semáforo defronte o portão de acesso ao Câmpus, observo que muitos veículos não respeitam o sinal, colocando em risco a vida dos pedestres. Além disso, a falta de sincronia entre o referido semáforo e aquele localizado nas esquinas da Sarmiento Leite com Osvaldo Aranha acaba expondo os mais distraídos ao risco de atropelamento. A UFRGS poderia pleitear junto à Prefeitura da capital a construção de uma passarela ou travessia subterrânea? Com isso, além de proteger a vida estaríamos desafogando o tráfego, já que os automóveis não seriam obrigados a parar em dois sinais.

► **Elena S. R. Peixoto, Estudante de Educação**

Artigo

Mais inclusão na UFRGS

Uma mudança feita pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) no processo seletivo de 2012 fez com que mais redações dos candidatos cotistas fossem avaliadas, aumentando, com isso, as chances de ocupação das vagas. Apesar de todo o impacto inclusivo no ingresso de alunos de escolas públicas e negros desde 2008 através das cotas, havia um déficit grande em relação à ocupação das vagas ofertadas, principalmente no caso dos autodeclarados negros.

Tal medida teve o objetivo de adequar o vestibular ao Programa de Ações Afirmativas da UFRGS, ou seja, trouxe no seu bojo a intenção de concretizar a política de cotas. Podemos dizer que, com o ingresso de mais alunos autodeclarados negros, inclusive nos cursos mais procurados, a Decisão 134/2007 que instituiu a reserva de vagas começa a ser efetivada.

O acontecido ganhou grande repercussão na mídia gaúcha: foram publicadas matérias acerca do aumento do número de alunos autodeclarados negros ingressando em cursos "nobres", como medicina e direito, sobre a possível dificuldade de esses alunos acompanharem os cursos ou se formarem e até enquetes sobre como os cidadãos veem o fato de a UFRGS "baixar a exigência para as cotas raciais".

Não se reduziu a exigência para preencher as

cotas raciais, o que ocorreu foi uma mudança no sistema de selecionar as redações a serem avaliadas, reparando um processo que pré-eliminava o candidato cotista antes mesmo de sua redação ser avaliada. Basta optar pelo prisma que se quer olhar: se se entende que as cotas são um favor, fala-se em "baixar exigência"; se há, entretanto, a compreensão de que elas são um direito social conquistado, tratamos como uma correção da dinâmica da política.

Entendo que toda busca por imparcialidade feita ao entrevistar professores, alunos e mostrar a trajetória de cotistas não retira o caráter enviesado da cobertura feita. A inculcação de dilemas ilegítimos e de problemas tangenciais marca o desserviço feito por algumas reportagens. Os órgãos de imprensa hegemônicos têm toda liberdade para ter suas opiniões acerca de qualquer política pública, mas seria interessante que essa opinião ficasse clara, e não submersa na construção textual que induz o pensamento dos leitores.

Adjacente a esse processo está a dificuldade que parcela pequena e poderosa da sociedade gaúcha tem de lidar com o fato de que a maior universidade do sul do país não é mais um lugar exclusivo para pessoas brancas com poder aquisitivo. Ainda em 2007, por exemplo, antes das cotas, tínhamos 70% dos alunos ingressantes oriundos de escolas particulares e apenas 3% dos aprova-

dos no vestibular eram autodeclarados negros de escola pública. Esse era um quadro vergonhoso para uma universidade pública da dimensão da UFRGS. As ações afirmativas mudaram significativamente esse cenário, democratizando minimamente o acesso.

Com a renovação das cotas marcada para esse ano, vai se tentar remontar a aura de polêmica do defasado debate sobre ser contra ou a favor da reserva de vagas. Digo defasado pelo fato de que mais de 70 instituições públicas brasileiras têm algum modelo de ações afirmativas, e a maturidade do debate atinge estágios mais avançados que esse. Diferente do alarde midiático sobre a limitação dos cotistas para obter bom desempenho e se formar, o aprimoramento técnico e a confecção de políticas de permanência e acompanhamento qualificadas são as metas das universidades no que tange às cotas.

Ainda impressiona como tanto o mito do mérito quanto o de que o vestibular é um meio pleno de avaliação estão presentes no imaginário da comunidade acadêmica e da sociedade. A medida que efetiva as cotas e amplia a diversidade na universidade, além de fazê-lo, coloca em xeque o mantra de que o vestibular é um modelo justo e legítimo de avaliar se a pessoa vai ou não acompanhar seu curso ou se formar. Na UFRGS, no máximo 30% dos alunos se formam no tempo

mínimo do curso; são minoria em todas as áreas de conhecimento. Inclusive, é por essa razão que têm o direito de se formar no dobro do tempo de duração de seu curso. O desafio da universidade é dar condições para que todos os alunos se formem no tempo adequado, e não somente os cotistas.

O que temos visto, nos primeiros resultados de desempenho, é que qualquer avaliação feita com apenas cinco anos de cotas é prematura e limitada, tendo em vista que, pela média geral, poucos cotistas irão se formar nesse período. As diferenças de acompanhamento acadêmico por área de conhecimento, os perfis de cursos e currículos ainda não permitem um olhar mais coeso e global. A pluralidade de critérios avaliativos das áreas, os graus distintos de dificuldade das disciplinas, a pouca representatividade quantitativa de cotistas em alguns cursos são outras variáveis que tornam complexa a avaliação.

A universidade vive um processo histórico de transformação e aprendizado que, além de ampliar a diversidade nos seus espaços, está desafiando a comunidade acadêmica a desenvolver outros parâmetros de trabalho pedagógico e de relações humanas.

Gregório Durlo Grisa

Doutorando em Educação na UFRGS e membro da Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas

Investimentos

UFRGS recebe verbas resultantes da exploração do pré-sal



No Programa de Geologia do Petróleo, a UFRGS forma recursos humanos nas áreas de óleo e gás

Em 9 de fevereiro, a UFRGS assinou um convênio de cooperação para o financiamento de pesquisa aplicada na exploração da área do pré-sal com a empresa inglesa BG. O acordo deriva da aplicação da Lei do Petróleo, segundo a qual 1% da receita bruta proveniente de campos gigantes deve ser aplicada em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Segunda maior empresa no setor de óleo e gás no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento, a BG é parceira da Petrobras na exploração do pré-sal e destinará recursos para projetos de investigação vinculados ao Programa de Geologia do Petróleo (Geopetro) durante os próximos dois anos e meio.

De acordo com a professora e pesquisadora do Departamento de Mineralogia e Petrologia da UFRGS Karin Goldberg, coordenadora do Geopetro, o projeto irá estudar a evolução geológica das Bacias de Campos e Santos, identificando potenciais rochas geradoras e rochas reservatório. Essas bacias sedimentares foram formadas há aproximadamente 135 milhões de anos, quando os territórios hoje correspon-

descentes ao Brasil e à África começaram a se separar. As rochas dessas áreas foram sendo soterradas por sedimentos mais jovens, que se acumulavam sobre elas, o que faz com que se encontrem hoje em grandes profundidades.

O projeto traz à Universidade diversos investimentos em infraestrutura: montagem de laboratório de interpretação sísmica de alta tecnologia, aquisição de equipamento de informática de última geração e de sistema para videoconferência, reforma das instalações elétricas e de fibra óptica, e aquisição de licenças de software. Também serão disponibilizados dados para pesquisa científica, financiamento de monografias de graduação e dissertações de mestrado, treinamento de pessoal em sismoestratigrafia (formação de recursos humanos para a área de óleo e gás) e estabelecimento de parcerias internacionais de pesquisa.

Além de financiar o projeto com o repasse de recursos advindos da exploração do pré-sal, a BG enviará técnicos de suas sedes no Rio de Janeiro e em Reading (Inglaterra) para participar de

reuniões técnicas de acompanhamento. De acordo com Karin Goldberg, a empresa está interessada em fortalecer os laços com a UFRGS por meio desse investimento em pesquisa e treinamento. O projeto também recebe apoio do governo do estado, já que a empresa tem participação em negócios em Rio Grande, onde constrói cascos de navios e desenvolve programas sociais em escolas públicas.

Conforme o reitor Carlos Alexandre Netto, o aporte de recursos que a UFRGS recebeu por meio desse projeto de pesquisa decorre da excelência acadêmica identificada nos pesquisadores de diversos grupos vinculados à Universidade em áreas como Engenharia, Química e Informática. “Espero que este seja apenas o primeiro de muitos projetos e programas que a Universidade venha a estabelecer com a BG”, diz Karin. A pesquisadora enfatiza que há, por parte da empresa, uma política de respeito ao ambiente acadêmico da UFRGS. Assim, a gigante inglesa propõe-se a abrir mão da produção intelectual em favor da Universidade e

estimular que os resultados do projeto de pesquisa sejam publicados. “Isso é vital na vida universitária”, reforça.

Além da coordenadora do Geopetro, estão envolvidas outras oito pessoas, entre pesquisadores ligados à UFRGS e estudantes de mestrado e de graduação. A perspectiva é que ainda sejam contratados mais dois pesquisadores (um geólogo e outro especialista em tecnologia da informação). Também serão selecionados mais três graduandos (dois de Geologia e um de Computação) para integrar-se ao grupo.

O Programa de Geologia do Petróleo é fruto de um convênio entre a UFRGS e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para formar recursos humanos na área de óleo e gás no âmbito da graduação e pós-graduação. O projeto está em curso há mais de 10 anos e conta com geocientistas da Universidade que orientam trabalhos de conclusão de curso na área de petróleo e ministram as disciplinas específicas da área. Os alunos a eles vinculados saem do curso com o diploma de especialistas em geologia do petróleo.

Carreira

Livro ajuda a entender a vida de pesquisador

Quando os estudantes iniciam sua formação de graduação – ou mesmo de pós-graduação – na Universidade, normalmente se deparam com uma perspectiva diferente da que haviam projetado para a vida profissional: a carreira acadêmica. Para auxiliar na compreensão da dinâmica que rege esse espaço social e os sujeitos que o integram, o professor e pesquisador do Instituto de Informática da UFRGS José Palazzo Moreira de Oliveira produziu o ebook *Como vencer na Universidade?*

Quais são e que características têm os diferentes programas de graduação e pós? O que faz, afinal, um pesquisador? Quais são as possibilidades profissionais nessa carreira? E como se mede o seu sucesso? Partindo dessas e de outras questões, o livro, que possui o equivalente a cerca de 50 páginas, foi concebido para leitura em *tablets* – ainda que seja possível lê-lo em computadores, usando-se um software

específico para tal.

A publicação é resultado da experiência de Palazzo como professor, pesquisador e orientador na UFRGS. De acordo com o autor, o objetivo principal é facilitar a vida de quem ingressa nesse meio. “É quase um livro de autoajuda para a carreira acadêmica”, brinca. O texto deriva de uma série de crônicas já publicadas no site pessoal do pesquisador e que tratavam de ensino, pesquisa e pós-graduação.

O fato de estar disponível apenas em formato eletrônico na www.amazon.com deve-se ao baixo custo de produção e também à facilidade de acesso, pois custa U\$4,55 – pouco mais de R\$7.

Palazzo agora trabalha em um novo ebook que vai tratar de como fazer pesquisas na internet e nos mecanismos de busca mais populares. O lançamento está previsto para o próximo mês de abril.

Especialização

O jornalismo como ponte entre a ciência e a sociedade

Compreender o jornalismo como forma de mediação entre a produção científica e a sociedade: este é o principal objetivo da Especialização em Jornalismo Científico oferecida pela UFRGS neste ano. De acordo com a coordenadora do curso e professora da Fabico Ana Taís Martins Portanova Barros, essa especialização surge para cumprir uma das funções da Universidade: atender à demanda social por conhecimento produzido no mundo acadêmico. Para que o jornalismo – normalmente o meio através do qual isso acontece – cumpra essa função de mediação simbólica, é preciso que os profissionais responsáveis pela cobertura de temas científicos tenham uma preparação específica. “Muitas vezes, o jornalista que não tem preparação adequada chega diante de uma fonte com conhecimento aprofundado e especializado e não consegue estabelecer um diálogo”, justifica.

O curso foi pensado prioritariamente

para atender a profissionais do jornalismo e de relações públicas, mas também serve a todos aqueles que se interessam pelo tema. A especialização, porém, não é um treinamento para instrumentalizar cientistas e pesquisadores para lidar com a imprensa. “Não é um curso de preparação de fontes, mas, sim, para quando o jornalista procura a fonte de informação”, adverte a pesquisadora. No corpo docente, professores das áreas de Comunicação e Informação da UFRGS e também de outras instituições do país. As aulas acontecem de maneira concentrada entre maio e novembro deste ano às sextas-feiras à noite e aos sábados pela manhã e à tarde. Terminada a parte presencial, os alunos deverão produzir um artigo acadêmico sobre tema relacionado. Mais informações pelo telefone (51) 3308-5067, pelo e-mail jcientifico.fabico@gmail.com e no site www.ufrgs.br/fabico. As inscrições para o processo seletivo encerram-se em 16 de abril.



Pesquisa em Pauta

Sujeira debaixo do tapete – a ineficaz e ultrapassada gestão de recursos hídricos no Brasil

No Dia Mundial da Água, a UFRGS TV apresenta um ‘Pesquisa em Pauta’ especial. O programa que vai ao ar no próximo dia 22 tematiza a gestão de recursos hídricos e tem como entrevistado o professor Carlos Eduardo Morelli Tucci.

Com diversos livros e artigos publicados na área, Tucci – que já foi Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – é uma referência em hidrologia no Brasil e no mundo. O professor recebeu, em 2011, o Prêmio Internacional de Hidrologia, concedido pela *International Association for Hydrology Science*, pela Unesco e pela Organização Meteorológica Mundial.

“Imagine que você tem um poço na sua casa. Você tira água daquele poço e joga o seu esgoto de volta no mesmo poço. É o que nós estamos fazendo nas cidades brasileiras hoje. Estamos jogando sujeira para baixo do tapete; uma hora o tapete vai estourar.” É assim, com clareza e objetividade, que Tucci descreve a situação do saneamento básico no país. Atualmente, menos de 15% do esgoto brasileiro é tratado, enquanto os índices em países considerados desenvolvidos ultrapassam 90%.

Para o professor, ao contrário do que se imagina, este quadro alarmante não se deve à falta de tecnologia nacional: “o problema não é tecnologia, é vontade política de fazer”, conclui.

Na visão do estudioso, o modelo brasileiro de tratamento de esgoto está ultrapassado: “Essa era a filosofia existente no mundo na primeira metade do século passado. No mundo atual, em que você precisa coletar e tratar o esgoto que você gera, isso não é mais aceitável. Nós estamos ainda na metade do século passado em termos de saneamento”, declara Tucci, que, além de destacar os problemas, aponta também a solução para o saneamento básico brasileiro: “O que falta é uma gestão integrada dos recursos hídricos. Tudo se resolve no institucional”, conclui.

*Marcelo Oliveira, estudante do 3.º semestre de Jornalismo na FABICO.

Assista aos programas

‘Pesquisa em Pauta – Hidrologia’, com o professor Carlos Eduardo Morelli Tucci, vai ao ar no dia 22 de março, às 20h, com reprise às 23h no canal 15 da Net. Após esta data, o programa estará disponível na Internet, no canal da UFRGS TV no YouTube: youtube.com/ufgrstv.



Unidade móvel do Território da Paz da Restinga fica estacionada em uma das principais vias do bairro, em frente a uma escola, onde bandos criminosos costumavam resolver seus conflitos

Por uma vida mais calma

Segurança *Territórios da Paz tentam levar tranquilidade às regiões violentas de Porto Alegre*

Em setembro de 2011, a Secretaria de Segurança Pública do RS implementou Territórios da Paz em quatro bairros de Porto Alegre: Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta e Santa Tereza. O objetivo é a redução dos altos índices de criminalidade dessas regiões. O projeto tem origem no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) do governo federal e está em funcionamento em diversas cidades do país.

“O conceito de Território da Paz é um dos mais inovadores da segurança pública brasileira: levar o Estado de bem-estar social para regiões de vulnerabilidade e desarticular o poder de organizações criminosas”, afirma o professor José Vicente Tavares dos Santos, do grupo de pesquisa Violência e Cidadania, da UFRGS. A proposta é que a presença ostensiva da polícia sirva para pacificar determinados locais – e, a partir daí, instalar os serviços estatais ausentes nessas áreas.

Ainda que por vezes sejam chamados informalmente de UPPs – em referência às Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro –, os Territórios da Paz de Porto Alegre são muito diferentes do projeto de segurança pública carioca, que tenta retomar partes da cidade que estão controladas pelo narcotráfico ou por milícias. “A UPP é um território da paz *sui generis*. O Rio de Janeiro não é modelo porque a situação que se configurou lá não se repete em nenhum outro lugar do Brasil”, diz José Vicente.

“A UPP interveio em um território em que o Estado não tinha controle. Há algo simbólico nisso: ao final da operação, ocorre o hasteamento da bandeira [do Brasil]”, destaca o major da Brigada Militar Egon Kvietinski, comandante da companhia do Território da Paz da Restinga. Ele ressalta que a

ação do poder público nesse bairro de Porto Alegre é diferente da do Rio porque o cenário é outro. “Nós tínhamos números altíssimos de crimes. O que houve aqui foi uma tentativa de – numa mudança de metodologia – nos aproximarmos mais da comunidade, para que houvesse um trabalho cooperativo entre polícia e cidadão, em busca da segurança. Estamos aqui no dia a dia, conversando com as pessoas. Remodelamos o emprego do efetivo para atender ao cidadão.”

Os territórios da paz em Porto Alegre significam a presença permanente dos órgãos de segurança pública em regiões afetadas pela violência. Em cada um dos quatro bairros atendidos pelo projeto foi instalada uma unidade móvel – um veículo que não deixa o local. Além disso, viaturas circulam por toda a extensão do quadrante delimitado em volta desse ponto.

Roque Antonio Avello, tenente da BM fiscal dos territórios da paz, explica que a localização desses postos foi definida com base em estatísticas que indicavam os locais dentro desses bairros em que as atividades criminosas se concentravam. As unidades móveis servem como “ponto de referência” para os moradores, segundo ele.

Avello destaca que há “escassez de viaturas e de efetivos” e aponta a necessidade de mais recursos – “principalmente humanos” – serem deslocados para os territórios da paz. Ele rechaçou boatos que surgiram na Restinga de que o projeto seria abandonado por conta desse déficit. “A tendência é manter. A gente abraçou essa causa”, revela.

Restinga – A unidade móvel do Território da Paz da Restinga – um ônibus da Brigada Militar – está localizada na avenida Belize – uma das principais

vias do bairro –, em frente a uma escola. “Aquele área era o ponto central de conflitos. Quatro bandos criminosos resolviam ali as suas ‘pendências’ – a principal ocorrência era disparo de arma de fogo”, descreve o subcomandante da companhia do Território da Paz da Restinga, capitão Marcelo Nogueira. Segundo ele, “o colégio sofria muito com as mazelas dessa disputa”, bem como os estabelecimentos do setor de serviços que ficam naquela rua. “Por meio da interação com a comunidade, que nos municiou de informações a respeito dos grupos rivais, pudemos planejar operações e atacar cirurgicamente cada um deles. Além disso, nosso trabalho passou por uma otimização fantástica por conta da unidade móvel, que serve como posto de observação da criminalidade”, conta o subcomandante.

Interação com a escola – Conforme Kvietinski, “os homicídios que envolvem o tráfico, de maneira geral, se dão de duas formas: uma disputa por espaço, por pontos de comércio ou cobrança de dívidas. E as penas são morte; eles resolvem na bala. Daí vem a dificuldade de a polícia prevenir esse tipo de delito. Por maior que seja o esforço, a gente não consegue ver tudo. Por isso é importante essa cooperação com a comunidade: o cidadão é vizinho do ponto de tráfico, ele sabe o que está acontecendo porque vê e ouve”. De acordo com dados da BM, a redução da taxa de homicídios na Restinga foi superior a 40% após a instalação do Território da Paz.

Nogueira esclarece que, quando de sua implementação, o projeto cobria apenas a Restinga Velha. Em outubro de 2011, foi ampliado para atender a todo o bairro. “Alguns acertos de contas ocorriam em locais que não

faziam parte do Território da Paz – mas hoje são. É muito difícil que os bandos criminosos atuem fora desse território, porque outros locais já têm seus donos.” Assim, não ocorre a migração da criminalidade de dentro para fora da Restinga. “Paulatinamente, temos conseguido controlá-la, mas não extingui-la. A drogadição extrapola os limites da segurança. É uma questão de saúde pública, que envolve outros segmentos do Estado”, ressalta Nogueira, para quem é papel da polícia intervir quando esse problema resulta em crime.

“Se nós quisermos uma adequação de comportamento, precisamos agir na cultura, na transmissão de valores. Se não, é uma caça ao rato: eu pego um aqui, mas surge outro lá. É assim a briga com o crime: os traficantes tem uma linha sucessória. Eu posso prender o cabeça, mas outro vai assumir. Continuamente iremos brigar com eles”, afirma Kvietinski. Nesse sentido, a BM está trabalhando junto com a Secretaria de Educação no desenvolvimento de programas que a coloquem em contato com os alunos das escolas da Restinga. “Nós acreditamos que essa proximidade e essa transmissão de conhecimento vão gerar uma sociedade melhor. Sabemos que há um ponto em que a polícia não tem mais capacidade de interferir”, diz Kvietinski, citando a necessidade de a corporação mudar sua forma de atuação para tentar fazer com que os jovens se afastem do tráfico.

Moradores – O que mais se ouve ao conversar com moradores da Restinga nas imediações da unidade móvel da Brigada Militar é que a situação está “calma”. “Valeu a pena eles terem se instalado ali. Antes, os ‘malandros’ ficavam aqui na frente”, disse Santana

Martinazzo, dona de um minimercado. “Mudou bastante. Não há mais ‘maloqueiros’ na rua”, confirmou Carlos Diego Ferreira em uma loja de confecções ao lado. “Aqui negociavam drogas à vista de todos”, segundo ele.

Ao ser indagada pelo repórter sobre o que havia mudado com a presença da BM, uma cliente de um minimercado afirmou que “agora, dá para dormir de noite. Antes, não dava, por causa dos tiros”. “Para nós, o que mudou mesmo foi que se tem uma noite mais tranquila. Tomara que [a unidade da BM] fique sempre ali”, reforçou Marlene Dacaz, dona do estabelecimento.

A poucas quadras do local, no interior da Restinga Velha, as opiniões já não eram unânimes. A dona de um mercado que não quis se identificar demonstrou pouca confiança no trabalho da polícia: “A gente paga segurança particular”, disse, sem fornecer maiores detalhes. Claudinei Machado, em um ponto de venda de bebidas, valorizou a presença da Brigada, mas não deixou de fazer críticas. Ele apontou o fato de que essa não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo – e que, em sua ausência, delitos são cometidos.

Em meio à conversa com o repórter, uma caminhonete da BM passou na rua. “Imagina o quanto esse carro não ‘bebe’... Seria muito mais eficaz se houvesse meia dúzia de motos”, afirmou Claudinei, mencionando a agilidade e os gastos reduzidos com combustível daquele tipo de veículo. Em uma rua lateral, um par de tênis pendurado nos fios de energia elétrica – sinal da presença do tráfico de drogas – servia como evidência de que, mesmo com os avanços obtidos, ainda há muito por fazer para levar segurança à Restinga.

João Flores da Cunha, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Regras para o trabalho a distância

Direito

O que muda para empresas e funcionários com a alteração do artigo sexto da CLT

Com a evolução das tecnologias de informação, é difícil imaginar um modelo de trabalho rígido, em que o empregado desenvolva suas atividades apenas na sede da empresa à qual é subordinado. Em meio a essa flexibilização das relações profissionais surge, cada vez com mais força, a figura do teletrabalhador, aquele que, fazendo uso da internet e de aparelhos telefônicos, pode prestar seus serviços em outros locais que não no estabelecimento do empregador.

Um passo importante para os trabalhadores e para as empresas que fazem uso dessa alternativa foi a aprovação pela presidente Dilma Rousseff, em dezembro de 2011, da Lei 12.551. Ela altera o artigo sexto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, até então, equiparava as tarefas a domicílio com as realizadas no estabelecimento do empregador, desde que fossem caracterizados os pressupostos da relação trabalhista. Luciane Cardoso Barzotto, professora do Departamento de Direito Econômico e Social da UFRGS e juíza do trabalho do TRT da Quarta Região, esclarece que a legislação antiga era imperfeita, pois nem todo trabalho remoto acontece no domicílio do empregado.

A nova regulamentação corrige essa questão ao acrescentar que o trabalhador a distância também é subordinado. "Ao ter um vínculo empregatício, o trabalhador que exerce uma atividade a distância tem os mesmos direitos e

responsabilidades que qualquer outro empregado", esclarece Alvaro Mello, presidente da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividade.

Martha Sittoni, professora da Uniritter e mestra em direito do trabalho, lembra que essa legislação não é uma novidade, mas sim um reconhecimento legal do teletrabalho, pois essa modalidade já existe há tempo no Brasil. "Ele não é uma alternativa possível em qualquer circunstância, mas hoje há muitas empresas que o utilizam, porque reduz custos vinculados à energia elétrica, à água e a vales-transportes", exemplifica.

Polêmica – A novidade no artigo sexto fica por conta do acréscimo de um parágrafo único. Este estabelece que "os meios telemáticos e informatizados" utilizados para contato entre empresas e funcionários equivalem, para fins jurídicos, às ordens dadas diretamente aos empregados. Segundo algumas interpretações, o texto abre uma brecha para que os trabalhadores que usam o celular ou o e-mail para realizar tarefas após o horário do expediente possam receber horas extras. Para Luciane, o parágrafo esclarece, principalmente, a maneira como o empregador vai poder exercer seu comando sobre o teletrabalhador.

O grande problema do novo texto é que ele não estabelece critérios para calcular de que maneira e-mails, torpedos e telefonemas poderão ser convertidos em horas adicionais, além de não indicar parâmetros que possam comprovar se esse período de atividade fora do expediente realmente aconteceu. Isso, de acordo com Luciane, poderá dificultar as decisões judiciais: "Todos os meios eletrônicos são passíveis de alteração, nenhum deles é seguro. Terão de ser feitas perícias em cada caso para verificar se não houve adulteração de dados".

Revisões – Outra dúvida é como pagar aquele empregado que não está traba-

lhando a distância, mas permanece, de certa forma, à disposição da empresa por conta do celular. Para muitos advogados, esse ponto entra em conflito com a súmula 428 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), segundo a qual o uso de pagers ou celulares corporativos não caracteriza regime de sobreaviso – quando o profissional fica de prontidão, esperando o chamado para o serviço. Criado inicialmente para remunerar os trabalhadores ferroviários, que tinham de ficar atentos a possíveis problemas nas ferrovias, o sistema estabelece o pagamento de 1/3 da hora normal pelo tempo disponibilizado.

Se a pessoa está fora do trabalho, ela não deveria ser acionada, mesmo se for para lembrar de uma tarefa

A revisão do texto já foi anunciada pelo presidente do TST João Oreste Dalazen, que pretende trabalhar com quatro hipóteses de remuneração da hora de serviço: sobreaviso, hora normal, hora extra ou manter o entendimento atual, que exclui qualquer tipo de pagamento. "A tendência é que deixe de existir a figura do sobreaviso e que todos os empregados passem a ter direito agora a horas extras em todos os momentos em que estiverem à disposição do empregador", analisa Martha.

A Lei 12.551 também pode obrigar a revisão do artigo 62 da CLT, que define que os empregados que exercem atividades fora da empresa sem a possibilidade de estabelecerem uma jornada

fixa não têm direito a horas extras. Por conta desse texto, alguns juízes poderão decidir que o teletrabalho não deve ser remunerado. "Se, pelo artigo sexto, eu estou reconhecendo que o envio de uma mensagem ou qualquer sistema do gênero passa a ser uma ordem ao meu empregado, isso pode de certa forma excluir essa questão da incompatibilidade do controle de jornada e oportunizar pagamento", defende Martha.

Segundo Luciane, o importante é não enrijecer demais a questão da remuneração e da jornada do teletrabalhador. "Essa modalidade já é toda flexível, pois não tem uma série de controles – tu fazes quando e onde quer. Sendo assim, não posso tratar esse tipo de trabalhador igual aquele que bate ponto", reflete.

Avaliação – Na opinião de Reges Bronzatte, presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet do Rio Grande do Sul, a nova legislação deixa muito a desejar. "Foi estabelecida uma regra geral, sujeita a diversas interpretações, cada uma com seu ponto de vista. É uma lei que gera insegurança e faz com que as empresas tenham receio de avançar no uso do teletrabalho", revela.

O motivo de a regulamentação deixar tantas brechas talvez seja porque o Projeto de Lei que gerou a alteração no artigo sexto – de autoria do deputado do PT Eduardo Valverde – já vinha correndo na Câmara dos Deputados desde 2004. "Quer dizer, de 2004 pra cá, é óbvio que o mundo do trabalho teve muitas alterações. Só que o projeto inicial foi aprovado na sua integralidade. Então, faltou um estudo maior", analisa Martha.

Consequências – Opiniões à parte, é possível prever algumas consequências da aplicação dessa nova norma. Reges avalia que os custos para as empresas

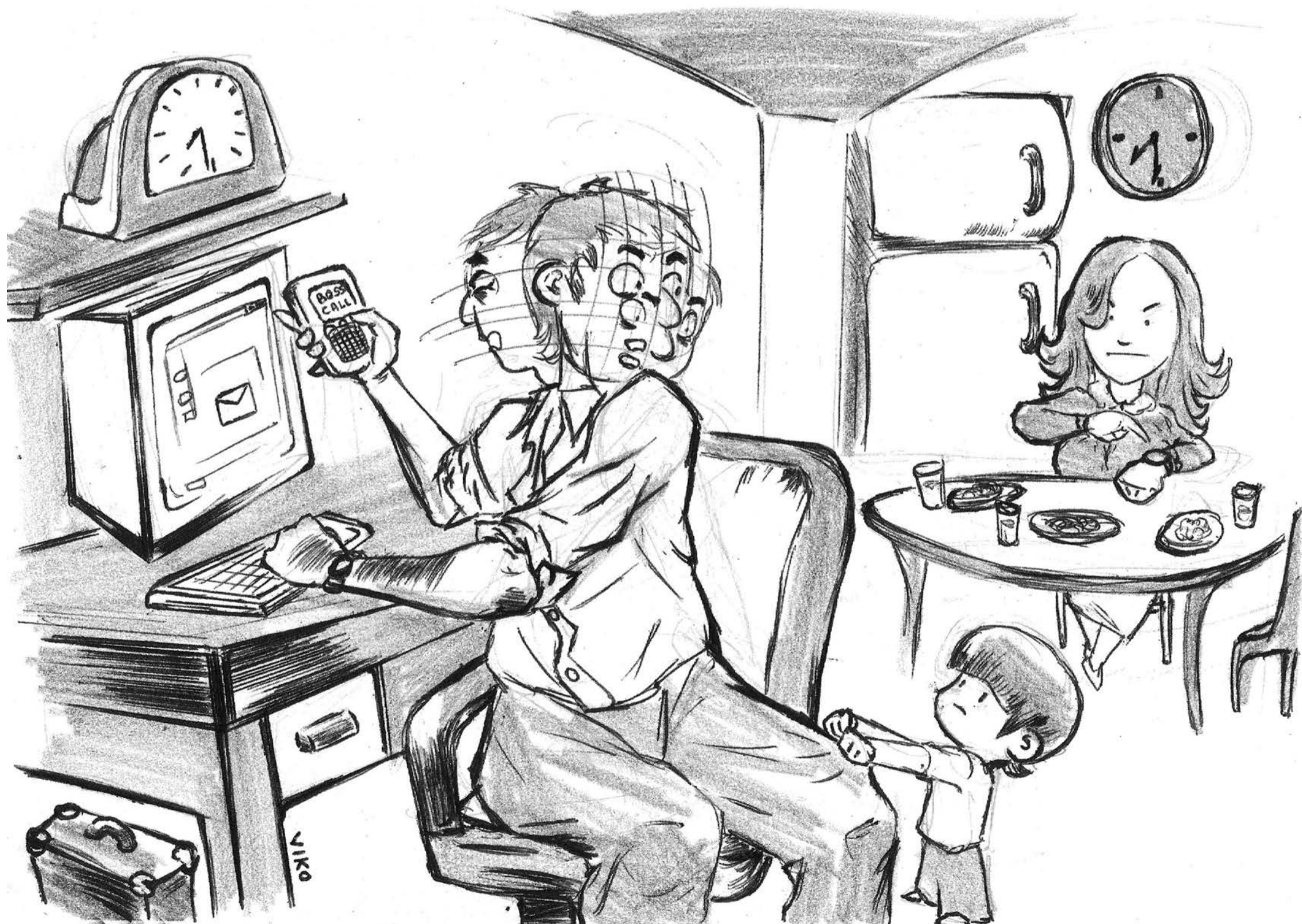
irão aumentar, pois terá de haver novos mecanismos de controle e aumentarão as ações judiciais por conta de horas extras. "As empresas vão ter que bloquear o acesso aos e-mails corporativos fora do expediente normal. Consequentemente, iremos perder um pouco de competitividade. Dependendo do horário que eu escolher para cortar o acesso aos correios eletrônicos, terei problemas para fazer negócios com o outro lado do mundo."

Martha sugere que as empresas passem a ser mais cautelosas. "A partir de agora, é importante avisar aos empregados que eles não poderão prestar serviços ou se valer do e-mail corporativo em horários que sejam fora do estabelecido pela empresa. Na hora de mandar e-mail ao empregado, é importante deixar claro que a atividade solicitada deve ser desenvolvida no curso da jornada", ressalta.

Alvaro argumenta que muitos executivos, seja por sobrecarga de tarefas, por ansiedade ou por não conseguirem se desligar do ambiente dos negócios, costumam resolver e adiantar questões profissionais trocando e-mails, mensagens e telefonemas após o expediente e até durante as férias. "Vale salientar que mesmo que ele faça isso por conta própria, é a companhia que vai responder em uma eventual reclamação trabalhista", alerta.

Para Luciane, essa ansiedade tem origem no tipo de sociedade em que vivemos atualmente, que não sabe gerenciar o seu tempo. "Se a pessoa está fora do trabalho, ela não deveria ser acionada, mesmo se for para lembrar de uma tarefa que precisa ser feita no dia seguinte. Por que não esperar? A gente tem muito presente a ideia do 'tem que ser agora'", conclui.

Daiane de David, estudante do 7.º semestre de jornalismo da Fabico





THIAGO CRUZ/JU



Bixos da Faculdade de Arquitetura foram recebidos com muita tinta pelos veteranos

Recepção engajada

Vida acadêmica Trote universitário na UFRGS desenvolve cada vez mais atividades solidárias

Charles Almeida

A série que comemora os 15 anos do *Jornal da Universidade* mostra na sexta reportagem como funciona a tradicional recepção aos calouros e o que vem marcando as ações propostas pelos veteranos.

Após a divulgação do listão 2012 da UFRGS, 5.290 vestibulandos classificados passaram à categoria de bixo. Esses novatos logo se deparam com as atividades de recepção preparadas pelos veteranos. O momento de integração inicial, um rito de passagem, é o modo que a tradição universitária reserva para apresentar ao calouro o convívio acadêmico.

Nas duas primeiras semanas da graduação, Lenon Scortegagna, calouro de Ciência da Computação em 1999, andava ansioso diante das constantes ameaças dos veteranos. Por volta do 15.º dia de aula veio o aguardado trote. Lenon e seus colegas foram pintados, andaram pelo Câmpus do Vale presos por uma corda e tiveram de caminhar do Vale até o parque Saint-Hilaire, em Viamão. Também prestaram juramentos, como prometer ir de ônibus para a universidade. Após o estranhamento inicial, essas atividades marcaram positivamente o estudante, que hoje é empresário do ramo da informática. Ele conta que a maioria das amizades que fez na UFRGS advém daquele trote. “É uma espécie de rito de passagem. Se não tivesse participado, talvez esse momento importante na minha vida passasse batido”, comenta.

Para Lenon, o trote comemora a vitória da aprovação no vestibular e, ao mesmo tempo, impõe a ideia de que o desafio superado não é o último. Além disso, as tintas e o punhado de ervamate jogado em cada calouro deixam os alunos em situação de igualdade, o que ele considera importante para nivelar os colegas. “Os veteranos acabaram se sujando também, e depois todos fes-

tejam com um churrasco. Após o trote, a diferença entre os calouros e veteranos deixa de existir”, relata.

O jornalista Marcelo Träsel não se contentou com apenas um trote. Tendo sido admitido no vestibular para Farmácia em 1996, Träsel conseguiu, no ano seguinte, uma transferência interna para o curso de Jornalismo e voluntariamente resolveu tomar novamente o trote. Suas experiências foram marcadas pela cordialidade, prevalecendo a integração com os colegas. Para ele, “o trote pode ser substituído por algo mais saudável. Mas importa ter esse rito de entrada, que acaba criando e facilitando laços sociais”, argumenta o atualmente professor da PUCRS.

A imaturidade dos jovens que ingressam na Universidade é uma das razões apontadas pelo jornalista para explicar a reprodução de práticas humilhantes de uma turma para outra. Muitos veteranos justificam suas atitudes dizendo terem passado pela mesma situação. Transcorridos mais de 15 anos de sua primeira calourada, Träsel se diz contra os trotes sujos, pois, segundo ele, são atitudes que formam um ciclo de violência simbólica que é naturalizado e que extrapola a universidade, tendo reflexos em outras áreas sociais. “Se a violência é naturalizada, acaba ampliando a probabilidade de que o mesmo ocorra em outra esfera.”

Exagero – Caçoadas como uma falsa aula, pintura do rosto, palavras de ordem e outras brincadeiras, saudáveis no mais das vezes, ditam o tom do trote. Violências e humilhações, contudo, também podem ocorrer. É preciso estar atento para isso.

A vice-pró-reitora de Graduação, Andréa dos Santos Benites, reforça a orientação de que o calouro pode recusar-se a participar do trote, não podendo haver qualquer tipo de perseguição. “É importante ter personalidade para dizer ‘não’. Não se deve pensar que,

como calouro, é necessário se submeter a tudo. É importante apelar para o direito de não participar”, alerta.

A mesma recomendação é feita pela Secretaria de Assistência Estudantil (SAE) e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na avaliação de Edilson Amaral Nabarro, da SAE, os alunos constrangidos com as ações do trote não costumam denunciá-las. “Mas esse silêncio do estudante pode indicar medo de retaliação. Nem sempre é expressão da adesão ao trote”, comenta. Nos últimos anos, a Secretaria recebeu algumas denúncias de trotes humilhantes, advindas de pais, da comunidade externa e de servidores. Os casos de abuso são encaminhados à Ouvidoria da Universidade. A estudante Nina Becker, coordenadora do DCE, diz que o órgão está atento aos abusos e pode fazer a ponte entre os alunos vítimas de violência e a administração da Universidade.

Para disciplinar o trote no âmbito da UFRGS, o Conselho Universitário (Consun) aprovou uma Decisão Normativa em 2001 que prevê a criação de comissões encarregadas da recepção dos calouros composta por integrantes das direções das unidades, discentes e técnicos. A norma, alterada em 2011, proíbe qualquer prática que envolva violência sob as formas física, sexual e psicológica ou que represente desrespeito à vida e à dignidade humana. Os abusos são passíveis de punição.

A recepção aos calouros da Medicina em março de 2009 foi marcada por um grande trote solidário. Com o apoio de entidades como o Sindicato e a Associação dos Médicos do RS, houve um mutirão com turmas de todo o estado para arrecadar doações em vários supermercados da capital e do interior. Somente os bixos e veteranos de Medicina da UFRGS e da UFCSPA recolheram mais de 10 toneladas de itens, como alimentos, roupas, fraldas, material escolar, produtos de higiene

pessoal e de limpeza e brinquedos, distribuídos a mais de dez instituições.

Opção solidária – Um dos mais conhecidos trotes solidários realizados na UFRGS é o promovido pelos veteranos do curso de Administração. Para este ano, eles estão preparando uma gincana com os calouros na reitoria nos dois primeiros dias de aula. Também estão previstas doações de sangue, visita a lares de caridade, como as Aldeias Infantis, palestras e uma festa de confraternização.

O acadêmico do 9.º semestre de Administração Stefano Bertoncello, que preside a comissão do Trote Solidário do curso, conta que a iniciativa vem sendo desenvolvida desde 2004 e, no ano passado, arrecadou três mil itens entre alimentos e roupas. “Vemos

a educação socioambiental de quem entra na Administração como um passo importante para a integração e o desenvolvimento do aluno”, diz Stefano.

O estudante pretende transformar o trote solidário em uma atividade para toda a Universidade, reunindo os cursos que vêm praticando esse tipo de ação. Ele disponibiliza endereços de e-mail (rh@trotesolidario-ea.com.br) e o Facebook (www.facebook.com/trote-solidario) para partilhar experiências em trote solidário com outros cursos da UFRGS.

Mesmo organizando uma ação alternativa, Stefano não se coloca contra o trote sujo, mas diz que as ações solidárias compensam mais. “No solidário, as pessoas ficam muito mais unidas e, por experiência própria, as amizades são mais duradouras”, conta.

“Praxe” portuguesa

As atividades de recepção dos calouros fazem parte da tradição universitária. Nos primeiros casos registrados, como os de Heidelberg, na Alemanha, os alunos recém-chegados tinham cabelos raspados e roupas queimadas, como medida de higiene. Isso se justificava porque os acadêmicos chegavam com roupas e cabelos sujos. A profilaxia, porém, logo dava lugar a exageros e humilhações.

A prática do trote universitário chegou ao Brasil no século XIX, trazida por brasileiros que estudavam em Portugal. O primeiro trágico registro dessas atividades no país ocorreu em 1831, em Pernambuco, quando o acadêmico Francisco Cunha e Menezes, da Faculdade de Direito de Recife, morreu depois de tentar abandonar as brincadeiras do trote e ser esfaqueado por veteranos. Com esse histórico de violência, o trote é motivo de preocupação nas maiores

universidades brasileiras.

Os lusitanos realizam a recepção de calouros com brincadeiras, caçoadas e uma rígida hierarquia. Lá o fenômeno recebe o nome de “praxe”. Muitas das universidades portuguesas têm códigos de conduta que regulamentam a relação entre veteranos e calouros. Em Coimbra, de onde a tradição teria sido trazida para o Brasil, a praxe acadêmica dura o ano inteiro. O calouro é entregue a um veterano, chamado de “padrinho”, que lhe impõe todas as determinações da praxe.

O acadêmico da UFRGS Roberto Soares, que cumpre intercâmbio na Universidade de Coimbra, explica que os alunos não são obrigados a participar da recepção, contudo, aquele que se declara antipraxe é excluído do convívio social com os colegas de curso. Segundo Roberto, os calouros são submetidos a diversas provas por seus padrinhos.

FLÁVIO DUTRA/JU

Evitando acidentes



Especialistas em prevenção de riscos alertam para o fato de que a maioria dos problemas nesses ambientes ocorre durante atividades corriqueiras

Prevenção UFRGS desenvolve ações de segurança para capacitar usuários de laboratórios

Jacira Cabral da Silveira

Do universo de laboratórios da Universidade, 30% demandam ações de segurança no trabalho porque desenvolvem pesquisas e estudos com produtos perigosos. São atividades com materiais e rejeitos químicos, radioativos e biológicos, com os quais operam professores-pesquisadores, técnicos e alunos de graduação, pós-graduação e iniciação científica de um grande número de Unidades. A excelência das pesquisas, entretanto, não pode vir descolada do conhecimento tanto dos cuidados quanto dos procedimentos adequados para minimizar os riscos de acidentes.

É por isso que há mais de cinco anos o Instituto de Química (IQ) vem realizando uma série de ações nesse sentido. Conforme o coordenador da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho do Instituto (Cosat), o farmacêutico Edison Schwarz de Melo, por força de uma regulamentação do Conselho da Unidade, tornou-se obrigatória desde 2011 a capacitação para professores, funcionários e estudantes do Instituto que realizam atividades de laboratório.

Teoria e prática – Os cursos são ministrados em três modalidades. Todo calouro de Química tem o tema como disciplina obrigatória no primeiro semestre do curso. Na primeira semana de cada semestre do departamento de Química Orgânica é oferecido um seminário de segurança antes de os estudantes iniciarem as atividades de laboratório. Há também seminários destinados a toda comunidade universitária, conforme agendamento ou disponibilidade de calendário. Na Química, esse seminário é de caráter obrigatório, tanto para professores quanto para funcionários, bolsistas e pós-graduandos.

A capacitação mais ampla é dividida em duas partes, a teórica e a prática. A primeira é ministrada por Edison, e o módulo prático é de responsabilidade do coordenador do Grupo de Emergência, que também pertence ao IQ, Pedro Motifumi Kuamoto. Uma das recomendações importantes que constam do curso é que se evite trabalhar sozinho no laboratório, principalmente quando o pesquisador estiver realizando atividades pela primeira vez ou quando as atividades envolverem risco. Considerando que a maioria dos acidentes acontece durante atividades corriqueiras, é necessário realizar os procedimentos de laboratório sempre dentro dos padrões de segurança previstos conforme os agentes e produtos envolvidos nos experimentos.

De acordo com o material utilizado pelo coordenador da Cosat no curso, entende-se por risco a possibilidade ou a probabilidade de ocorrer um acidente ou doença profissional devido a um perigo existente. Nesse sentido, existem fatores que intensificam a probabilidade de ocorrer um acidente: o desconhecimento do risco, a falta de atenção, a imprudência, a pressa e o estresse, a falta de ordem e limpeza e o não cumprimento das regras de segurança.

Esses cuidados podem evitar incêndios com inflamáveis, emissões de gases e vapores, explosões (com explosivos e gases sob pressão), projeções na vista ou os derramamentos acidentais, entre outros problemas pelo comportamento descuidado nas atividades de laboratório. Entre as consequências do manuseio impróprio de produtos químicos destacam-se: irritações, reações alérgicas, lesões, queimaduras e até mesmo incapacidade física.

Pensando nisso, os técnicos da Cosat aconselham que, ao entrar em um laboratório – em especial nos de Química –, os usuários devem saber onde se encontram os equipamentos de proteção coletiva, como o extintor de incêndio, o chuveiro de emergência, o lava-olhos, o cobertor de segurança, as capelas, as coifas ou os exaustores, os registros de água e de gás, o quadro de força elétrica específico do laboratório e as saídas de emergência. As vestimentas também representam fator importante quanto ao aspecto preventivo. Todo esse material é disponibilizado por cada laboratório, conforme o tipo de ati-

vidade desenvolvida. De maneira geral, são utilizados guarda-pós de algodão tipo 7/8, com manga longa, óculos de segurança, luvas específicas de acordo com o produto químico manipulado, sapato fechado e calças compridas em material resistente, os quais devem ser constantemente limpos ou descartados. É também aconselhável que pessoas com cabelos longos os usem presos para evitar acidentes.

Dependendo do tipo de operação a ser realizada, poderá tornar-se necessário utilizar equipamentos de proteção individual específicos, como máscara contra gases de acordo com o produto químico manipulado, protetores faciais, aventais e luvas para produtos corrosivos, protetores auriculares, que também devem ser constantemente limpos ou descartados.

Trabalhar com pequenas quantidades de produtos químicos ajuda no controle dos riscos e evita a geração de grande quantidade de rejeitos. Também é aconselhável que, antes de qualquer operação com produtos químicos, o usuário obtenha informações sobre os materiais que serão utilizados, separando previamente todos os itens necessários (verificando as condições de cada vidraria ou ferragem, bem como a devida limpeza dos mesmos) e os deixando próximos à bancada.

Minimizar acidentes – Na opinião do supervisor do Serviço de Proteção Radiológica (SPR) da UFRGS, o físico Tullio Moro, não adianta a realização de cursos de treinamento se não houver comprometimento efetivo por parte dos que participam de tais atividades. Por isso, ele prefere direcionar seu trabalho diretamente para os professores responsáveis pelos laboratórios. Em lugar de treinamentos, o supervisor realiza em média três vistorias anuais em cada um dos 56 laboratórios da Universidade que utilizam materiais radiológicos (fontes radioativas ou geradoras de Raios X) e que estão cadastrados no SPR. Vale ressaltar que esta é a única supervisão no gênero em todo o Brasil.

Nessas visitas é oferecida assessoria aos laboratórios para a adoção das mudanças necessárias para adequação às exigências de segurança. “Não faço por eles, mas auxílio para que o trabalho responda de forma satisfatória, conforme as irregularidades constatadas”. Com maior ou menor

resistência, Tullio diz que sempre é possível chegar a bom termo em suas ações junto aos laboratórios. Em muitos casos, ele sugere que os setores de radioatividade sejam deslocados para áreas mais periféricas dos laboratórios, reduzindo dessa forma a circulação de pessoas junto a esses locais. “Estamos intensificando a vistoria nos ambientes de trabalho para minimizar os riscos”, enfatiza o supervisor.

De acordo com o especialista, quem lida com materiais radioativos entra em contato com fontes seladas e não seladas. As primeiras, não provocam contaminação, apenas irradiam; as não seladas são líquidas e, além de irradiar, podem contaminar, exigindo maior cuidado. Entre os aspectos observados em suas inspeções, ele destaca: a classificação e sinalização da área que contém o equipamento; as condições de segurança radiológica; as condições de proteção radiológica; o tipo de armazenamento adequado das fontes radioativas, assim como o armazenamento dos rejeitos radioativos.

Em recente estudo realizado pela SPR em parceria com a Divisão de Segurança do Trabalho da UFRGS, foram constatadas algumas não conformidades mais frequentes nas vistorias realizadas nos laboratórios cadastrados no setor. Certas não conformidades referem-se à falta de delimitação física da área controlada para os equipamentos de radiodiagnóstico; a não restrição do acesso aos dispositivos acionadores do feixe dos equipamentos de Raios X; e à falta de delimitação na área de manuseio das fontes não seladas. Satisfeito com os resultados até agora obtidos, o supervisor ressalta que 80% desses problemas já estão sendo ajustados.

Outro dado positivo, resultante da iniciativa da SPR no sentido de promover uma cultura de segurança junto às Unidades, foi o convite da pós-graduação do curso de Odontologia para que Tullio colaborasse com a disciplina sobre proteção radiológica. A ideia deu tão certo que os estudantes sugeriram a ampliação de 4 para 16 horas de aula sobre o tema, ministradas pelo supervisor do SPR.

Entusiasmado com a experiência, o especialista pós-graduado em Física das Radiações espera que o interesse pela matéria se expanda para outros cursos, especialmente os da área da saúde.

Descuido perigoso

Em 15 de julho de 2002 entrou em funcionamento o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), órgão auxiliar do Instituto de Química. Tendo como diretor o professor Dimitrios Samios, o Centro tem por finalidade produzir e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos na área de gestão de resíduos e segurança química.

Além do atendimento a domicílio para uma orientação específica a determinado laboratório, em todo início de semestre, o CGTRQ promove um treinamento teórico que ocorre de duas a três vezes no Câmpus do Vale, onde existe uma concentração maior de laboratórios, uma vez no Câmpus Saúde e outra no Câmpus Centro. A equipe do órgão também organiza treinamentos por demandas das Unidades, para grupos entre 10 e 15 pessoas.

Formada em Química, Greice Vanin Oliveira é a chefe da Divisão Técnica do Centro. Cabem a ela tanto atividades de assessoria e desenvolvimento de cursos de treinamento quanto o manuseio de rejeitos provenientes dos 230 laboratórios existentes na UFRGS que utilizam produtos químicos. Segundo a especialista, um dos objetivos de seu trabalho é orientar a conduta dentro desses ambientes para evitar acidentes e má armazenagem de resíduos. Mas o dia a dia revela que alguns procedimentos acabam sendo deixados de lado “até porque resíduo não é o objetivo de ninguém, o foco é a pesquisa, obter os resultados, fazer as análises. O que sobra, infelizmente, o pessoal não tem tanto interesse e acaba sendo imprudente com o resíduo”.

Esse descuido tem desdobramentos, como a falta de rotulagem correta dos rejeitos. “Eles fazem suas dissertações e teses e deixam os resíduos de herança, muitas vezes sem identificar corretamente esse material”, explica a técnica. No começo de um novo semestre, os estudantes que entram pela primeira vez nos laboratórios se deparam com frascos mal identificados. É quando inicia a via sacra para tentar descobrir o ‘pai da criança’ para dar-lhe o destino correto: “Garrafa PET, vidro de café solúvel, não são embalagens para armazenar produtos químicos, nem resíduos. São necessários recipientes resistentes, bem vedados e apropriados para cada material”.

Informações

Serviço de Emergência

- Página: <http://www.iq.ufrgs.br/emergency/>
- Fone: 3308.6314
- E-mail: emergency@iq.ufrgs.br

Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos – CGTRQ

- Página: <http://www.iq.ufrgs.br/cgtrq/>
- Fone: 3308.7362 / 6298
- E-mail: cgtrq@iq.ufrgs.br

Serviço de Proteção Radiológica – SPR

- Página: <http://www6.ufrgs.br/spr/apres.php>
- Fone: 316-6461 / 6452
- E-mail: spr@if.ufrgs.br

Especial



Ações afirmativas

Mudança de rumo Ajuste no vestibular 2012 promoveu a diminuição da desigualdade no acesso à UFRGS

TEXTO **ÂNIA CHALA** COLABOROU **EVERTON CARDOSO** FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

“Em 29 de junho de 2007, o Conselho Universitário (Consun) tomou uma decisão histórica ao aprovar o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Depois de horas de tensão e de muitas discussões, os conselheiros decidiram pela adoção de cotas raciais e sociais, sendo que a medida passa a valer já no Concurso Vestibular de 2008. O programa prevê a reserva de 30% das vagas em todos os cursos de graduação e nos cursos técnicos para alunos autodeclarados negros e egressos de escolas públicas, e a criação de vagas para indígenas. O reitor José Carlos Hennemann [...] disse esperar que a adoção do Programa colabore para trazer a diversidade da sociedade para dentro da UFRGS. ‘Hoje, as escolas públicas têm muito mais estudantes no ensino médio do que as escolas privadas. No entanto, dentro da universidade, temos o contrário: aproximadamente 60% dos nossos estudantes vêm de escolas privadas e 40% de instituições públicas. Portanto, a universidade não está expressando a diversidade de origem dos estudantes no ensino médio. O mesmo ocorre na parte étnica, pois o número de negros na UFRGS é bastante reduzido. Nossa expectativa é de que, ao longo do

tempo, passemos a ter maior representação desses segmentos’, avaliou o reitor”.

O trecho acima, extraído da reportagem de capa da edição n. 100 do Jornal da Universidade, registra um dos objetivos da adoção do Programa de Ações Afirmativas pela UFRGS: promover a diversidade social e étnico-racial. Passados quase cinco anos da medida, a Universidade ingressou numa nova fase ao adequar a sistemática de avaliação das provas de seu vestibular a fim de garantir que o percentual de 15% de vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros fosse efetivamente preenchido.

O reitor Carlos Alexandre Netto estava à frente da Pró-reitoria de Graduação da UFRGS em 2007 quando o Consun aprovou o Programa de Ações Afirmativas e presidiu a Comissão de Acompanhamento da Implantação do Programa. “Naquela época, havia quatro ou cinco grandes universidades com políticas dessa natureza. Hoje, segundo dados do Observatório de Pesquisa, grupo sediado em Brasília, são mais de 50. Então a UFRGS foi uma das pioneiras, e eu entendo que a política vem cumprindo os seus objetivos: por um lado, democratizar o acesso à Universidade e, por outro, promover a diversidade social e

étnico-racial”, observa.

Carlos Alexandre ressalta que, apesar de o Rio Grande do Sul ter uma população de aproximadamente 15% de autodeclarados negros, a UFRGS tinha entre seus alunos um percentual muito abaixo desse índice. Por outro lado, atualmente, 30% dos ingressantes em todos os cursos são egressos de escolas públicas. “Isso demonstra o compromisso da Universidade Federal com o ensino público como um todo. A Universidade não tem por única meta a formação de nível superior. Ela tem também um compromisso com os outros níveis de ensino. O ensino médio, como sabemos, enfrentou uma queda em sua qualidade nos últimos anos. Penso que cabe à Universidade trabalhar para que essa qualidade seja recuperada. Existem muitas formas de fazer essa recuperação: preparando professores, oferecendo-lhes formação continuada, fazendo ações nas próprias escolas por meio dos alunos que desenvolvem estágios e atividades de extensão. Afora isso, o ingresso no ensino superior tem de sofrer uma mudança”, diz, acrescentando “se não forem as universidades públicas a apoiar o desenvolvimento do ensino no país, que universidades farão isso? Então, esse é um compromisso público da universidade pública.”

Distorção corrigida

Conforme a pró-reitora de Graduação da UFRGS e presidente da Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade, Valquíria Linck Bassani, “no momento em que o Conselho Universitário (Consun) definiu como percentual de cota 15% para egressos de escolas públicas e 15% para autodeclarados negros, se previa que esses percentuais fossem realmente ocupados por esses segmentos. Mas o que se observou durante os anos de 2008, 2009 e 2010 foi que os egressos de escolas públicas autodeclarados negros não preenchiam as vagas que lhes eram oferecidas”. Ela acrescenta que os egressos de escolas públicas vinham utilizando as vagas não preenchidas pelos autodeclarados negros.

Uma análise da forma de seleção dos candidatos revelou que era possível que esse problema estivesse relacionado à seleção inicial dos estudantes, que era feita sem levar em conta os três segmentos definidos pelo Programa: vagas para acesso universal, vagas para egressos de escolas públicas e vagas para egressos de escolas públicas autodeclarados negros. A professora Valquíria explica que essa constatação já vinha sendo apontada pelos movimentos sociais e pelos estudantes, mas ela foi efetivamente encaminhada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 2011, por meio de um processo

enviado pelos representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE). “O Conselho acolheu o pedido, determinando que a seleção inicial já levasse em consideração o segmento para o qual o candidato estava inscrito. Isso resultou que os candidatos selecionados no vestibular foram os melhores egressos de escolas públicas e os melhores egressos de escolas públicas autodeclarados negros. Mas o percentual não mudou. Houve uma ampliação, se considerarmos que em 2008 ingressaram somente 3% dos 15% previstos inicialmente”, assinala.

Para a técnica em assuntos educacionais da Pró-reitoria de Graduação Michele Barcelos Doebber, embora a cota servisse para considerar a existência de uma desigualdade de condições entre os concorrentes, o vestibular da UFRGS não levava isso em conta.

Valquíria Bassani informa que também existe um questionamento quanto ao fato de os alunos de escolas públicas de alto nível – os colégios Militar, Tiradentes e de Aplicação – estarem obtendo um maior número de vagas: “Na forma como a resolução está feita, não é possível excluí-los. No entanto, o Consun poderá rever essa norma porque muitos desses alunos já entram na UFRGS pelo acesso universal. Essas escolas têm processos seletivos muito disputados para a seleção de seus próprios estudantes.

Então ali dentro também já não há representação do recorte social. Acho que é uma situação a ser discutida. Isso vem sendo apontado pelos movimentos sociais porque distorce a intenção da resolução”.

Avaliação – Apesar de uma avaliação do Programa pelo Conselho Universitário da UFRGS estar prevista para este ano – antes da elaboração do edital do vestibular de 2013 –, a pró-reitora acredita que ainda é muito cedo para avaliar o desempenho dos cotistas. “Isso porque a maior parte dos alunos que ingressaram na Universidade pelo programa de Ações Afirmativas entrou no semestre 2008/2, portanto, os cursos mais curtos de quatro anos de duração serão completados somente no final do primeiro semestre de 2012”, pondera.

Na visão da professora, essa é muito mais uma decisão política do que uma questão relacionada ao desempenho. Ela lembra que, quando o Programa foi instituído, o Consun deixou bastante claro que um de seus objetivos era promover a inclusão, mas também que caberia à Universidade dar apoio a esses estudantes para que eles pudessem se desenvolver adequadamente durante o seu período acadêmico. Nesse sentido, Valquíria reitera que a Comissão de Acompanhamento trabalhou em várias frentes: a primeira delas foi

justamente o apoio pedagógico, numa leitura de que o sucesso em sala de aula certamente é algo que estimula o estudante a continuar o seu curso. “Foi aí que nasceu a ideia de fazer o Programa de Apoio à Graduação (PAG), que consiste em aulas aos sábados das disciplinas consideradas de maior dificuldade não só para os cotistas, mas para todos os alunos – Português, Inglês, Matemática, Física e Química –, além de atividades como oficinas. O PAG funciona desde 2010 e tem tido uma grande procura não só por parte dos estudantes cotistas.”

A Universidade teve o cuidado de oferecer uma assistência estudantil sólida, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que tem disponibilizado recursos importantes, com bolsas de assistência estudantil para todos os alunos que tenham necessidade. O valor da bolsa é de R\$ 380, e o aluno cotista também conta com o programa de benefícios da Secretaria de Assistência Estudantil

da UFRGS (SAE), que inclui moradia estudantil, restaurante universitário a preços subsidiados, auxílio para transporte escolar e auxílio-creche.

Michele salienta que, além das bolsas da SAE, os cotistas têm acesso a todas as demais bolsas acadêmicas. “O interessante é que, quando discutimos a distribuição de bolsas com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), percebemos que muitos dos alunos cotistas não querem as bolsas assistência que não exigem contrapartida. Eles querem uma bolsa acadêmica, porque ela os inclui automaticamente em um grupo de pesquisa ou de extensão.” Segundo a técnica em assuntos educacionais, essas bolsas promovem uma integração maior e também têm um retorno acadêmico para os cotistas. “Tanto que convertimos várias bolsas de assistência estudantil em bolsas acadêmicas”, observa.

“Durante os anos de 2008, 2009 e 2010, observou-se que os egressos de escolas públicas autodeclarados negros não preenchiam as vagas que lhes eram oferecidas”

Os alunos da UFRGS não terminam os cursos na seriação aconselhada, e esse é um fenômeno histórico que independe da política de ações afirmativas

Por que a pressa de se formar em quatro anos?

O reitor Carlos Alexandre Netto considera que, a partir do acompanhamento da Comissão de Ações Afirmativas e da discussão que se fez no Consun, a Universidade poderá decidir sobre a continuidade de seu Programa de Ações Afirmativas. Ele concorda com a opinião da presidente da Comissão de Avaliação do Programa, professora Valquíria Bassani, para quem cinco anos representam um período ainda pequeno de amostragem. “Os alunos da UFRGS em geral não terminam os cursos na seriação aconselhada, e esse é um fenômeno histórico que independe da política de ações afirmativas. Eles têm o comportamento de ficar na Universidade por pelo menos um ou dois semestres a mais.”

Por outro lado, ele ressalta que a taxa de conclusão na UFRGS é excelente. “Se fizermos uma análise da taxa bruta de conclusão de curso, teremos um índice médio de 70%. Dos 30% restantes, uma parte evade, mas outra fica retida no curso por questões de desempenho acadêmico e por questões que o fazem permanecer na Universidade. Por exemplo, as oportunidades de estágios, a mobilidade acadêmica, a possibilidade de o aluno continuar recebendo benefícios como bolsas e moradia estudantil, etc. Então há muitos motivos pelos quais o aluno se mantém na universidade além da seriação aconselhada em seu curso”, pondera. Ainda sobre a demora em concluir a graduação, Carlos Alexandre questiona: “Por que o aluno teria pressa de se formar em quatro anos? A Universidade oferece tantas oportunidades! Os estudantes têm bolsas de iniciação científica, de extensão, de pesquisa e fazem mobilidade acadêmica, e, em boa parte das vezes, com algum tipo de bolsa ou auxílio. Cada aluno monta o seu percurso”.

Fazendo uma análise geral, o reitor entende que a Universidade melhorou o desempenho dos estudantes e a taxa de conclusão de curso: “A UFRGS ficou mais eficiente. Há um número maior de formandos do que há dez anos, porque temos políticas acadêmicas de reforço e de acompanhamento. Sabemos, por exemplo, que as disciplinas de cálculo são muito difíceis, mas isso não é de hoje! Se conversarmos com engenheiros formados, eles irão dizer exatamente a mesma coisa: entrava uma turma e um determinado percentual era aprovado, enquanto outro tinha de repetir a disciplina. Os alunos das ações afirmativas que estão se formando em quatro anos são cerca de 10% dos ingressantes, mas os que ingressaram pelo acesso universal também ficam ao redor de 10%. Essa é a média”. Carlos Alexandre conclui argumentando que os indicadores de qualidade da Universidade só melhoraram, tanto os do MEC como os indicadores internacionais. “Estamos trilhando um bom caminho.”

Quem ocupa as vagas

Nos gráficos abaixo, está marcada por linhas pontilhadas brancas a representação da política de cotas adotada pela UFRGS: 30% das vagas oferecidas são destinadas para estudantes oriundos do ensino público, sendo metade dessas (15% do total) reservadas para candidatos autodeclarados negros. Em amarelo (acesso universal), vermelho (escolas públicas) e verde (autodeclarados negros) está representada a quantidade de vagas que foram preenchidas por cada um desses grupos nos últimos dois processos seletivos em dois dos cursos mais procurados.



Políticas beneficiaram toda a Universidade

Para a presidente da Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade, Valquíria Linck Bassani, a adesão da UFRGS ao Reuni e a criação do Programa de Ações Afirmativas provocaram uma série de mudanças para melhor. Fizeram a Universidade repensar processos, criaram a necessidade de contratar pessoal especializado em determinadas áreas e ampliaram os programas de benefícios. Tudo isso acabou beneficiando o conjunto dos estudantes. “E essas iniciativas revelaram muitas realidades já existentes antes das cotas com as quais a Universidade não lidava bem”, sustenta. A opinião é reforçada pela análise do reitor Carlos Alexandre Netto, segundo o qual “é um mito dizer que há pessoas prejudicadas pelas Ações Afirmativas porque as vagas do concurso vestibular são definidas *a priori*. O aluno que se inscreve para concorrer às vagas pelo acesso universal sabe que terá 30 vagas e que as outras são reservadas para a política de ações afirmativas. Esse é um assunto sobre o qual existe inclusive entendimento jurídico”.

Valquíria acha que a inclusão social e racial realmente representa uma das estratégias mais importantes para a paz, porque sempre que temos segmentos da sociedade com desigualdades sociais, culturais ou econômicas infinitas se criam tensões muito grandes. “Esse programa visa à promoção da paz no Brasil. Esse é um argumento que Oscar Arias Sánchez (ex-presidente da Costa Rica e ganhador do Nobel da Paz em 1987) utiliza quando fala das desigualdades entre os países e as tensões por elas criadas. Essa mesma analogia pode ser feita em relação às desigualdades sociais brasileiras, e o Programa de Ações Afirmativas, ao se pautar na inclusão pela educação, tem chance de ter um impacto extremamente grande nessa questão. Acho que a UFRGS aperfeiçoa o programa no momento em que ela o revê e corrige suas distorções. No meu ponto de vista, uma política não pode ser avaliada unicamente de forma quantitativa em um período

muito curto. Mais importante é a avaliação do seu sentido político na inclusão social”, conclui.

A técnica em assuntos educacionais da Pró-reitoria de Graduação Michele Barcelos Doebber entende que o Programa de Ações Afirmativas fez a UFRGS pensar em muitas ações direcionadas aos cotistas que beneficiaram também os ingressantes pelo acesso universal. Uma das mudanças mais importantes diz respeito às Comissões de Graduação (Comgrads) de cada curso, que acompanham diretamente o desempenho dos estudantes. Desde o ano passado, quase todas essas Comissões receberam um técnico em assuntos educacionais para atuar no acompanhamento pedagógico. “As Comgrads sempre foram muito mais órgãos de registro e matrícula do que de orientação. Então, em 2011, realizamos uma ação de capacitação com os integrantes dessas comissões. Agora, queremos criar um fórum de técnicos das Comgrads para seguir discutindo temas de acompanhamento discente, o que é algo novo na Universidade”, explica Michele.

Nesse sentido, a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) está estruturando um núcleo de acompanhamento para analisar os dados sobre o desempenho estudantil, a fim de detectar questões que possam sugerir uma reformulação curricular. “Muitas vezes, a grade curricular motiva reprovações ou cria dificuldades para que os alunos se formem”, aponta Valquíria.

Michele diz que vê no Programa de Ações Afirmativas uma boa oportunidade para mudar o perfil do aluno da UFRGS. “O aumento do número de estudantes de escolas públicas e de negros na Universidade deve mudar aos poucos a dinâmica de sala de aula, e esse é o maior desafio do Programa. Não adianta só mudar o perfil do estudante se a gente não se dispuser a repensar o modo pelo qual a própria Universidade lida com as desigualdades”, reitera.



Pequeno e inovador

Uruguai País do Prata é apontado como exemplo de cultura cívica para seus grandes vizinhos da América Latina

Caroline da Silva

“Sou a favor dos direitos humanos independentemente de raça, cor e sexo.” A frase de Francisco García, uruguaio radicado no Rio Grande do Sul há três anos, ilustra o tipo de formação que a sociedade daquele país oferece aos seus cidadãos. Mesmo considerando a impressão da psicóloga Eliana Meireles, professora-chefe do internato agrário da localidade de El Colorado (cidade de Las Piedras, departamento de Canelones), de que “o Uruguai não é o mesmo do de dez anos atrás, em termos de educação”, nossos vizinhos ainda têm tradições que mereceriam ser copiadas.

Civismo e educação – O argentino Raúl Enrique Rojo, que atua como docente na UFRGS há 19 anos, não cansa de enaltecer a cultura cívica do “pequeno Uruguai, que em muitos sentidos é um exemplo para seus grandes vizinhos”. O professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e Relações Internacionais explica uma das razões para tal conclusão: “Os uruguaio têm consciência do pluralismo, das diferenças que são legitimamente respeitáveis, ainda que não coincidam com a opinião da maioria. Há uma tentação unanimista em nossas sociedades; no caso da Argentina é bem típico, para não parecer que estamos criticando só os brasileiros. Existe um alto grau de autoritarismo, de intolerância, em nossas sociedades civis, independentemente de quem seja o governo.” Ele cita um exemplo. “No Uruguai e no Chile, não se vai escutar um ginásio inteiro chamar um jogador de ‘bicha’, acrescentando que o fato ocorrido no voleibol brasileiro ocupou as capas dos jornais uruguaiois.

“O Uruguai tem um histórico cívico e isso ajuda em certas mudanças. As mulheres uruguaiois foram as primeiras a votar na América Latina e o país também foi o primeiro a autorizar o divórcio”, lembra o engenheiro agrônomo García, que se mudou para o Sul do Brasil, assim como tantos jovens que saem cedo do país vizinho, pela falta de emprego e de oportunidades.

Aos 32 anos, com “doble chapa”, ele aponta as diferenças entre a sociedade brasileira e a uruguaia: “Há muitas diferenças culturais nas questões de valores cívicos, educação e patriotismo. Temos valores fortes que levamos como conceitos de vida. Nossa base educacional nos torna homens e mulheres formadores de opinião. Apesar de sermos um país não tão rico, os jovens têm um nível educacional avançado, e nos embasamos nesses valores educacionais para a vida pessoal, política e social”. As comparações em relação à educação não param: “O Brasil é muito bom para viver, mas sua população reage pouco à política e às questões sociais. Vejo um país muito metódico em seu ensino, que é prático, mas não como o ensino nos Estados Unidos. Essa praticidade gera poucos formadores de opinião e despeja milhares de profissionais que trabalham como máquinas, mas são incapazes de discutir o futuro de seu país”.

Consenso como hábito – O professor de História da Universidade, Enrique Padrós, nascido em Montevidéu, reconhece que a sociedade uruguaia

é avançada em temas controversos e cita um motivo para isso: “É uma população que tem muita informação. Ela tem um grau de cultura, de acesso à educação bem razoável. Mas, apesar de dizermos que o Uruguai é avançado em alguns temas, politicamente é um país conservador, mesmo que finalmente tenha escolhido um presidente de esquerda. É um país que respeita muito a Constituição, uma sociedade pacífica, não passiva, com uma cultura de negociação. Então, temas muito ousados no Uruguai não passam, não. Não é bem assim”.

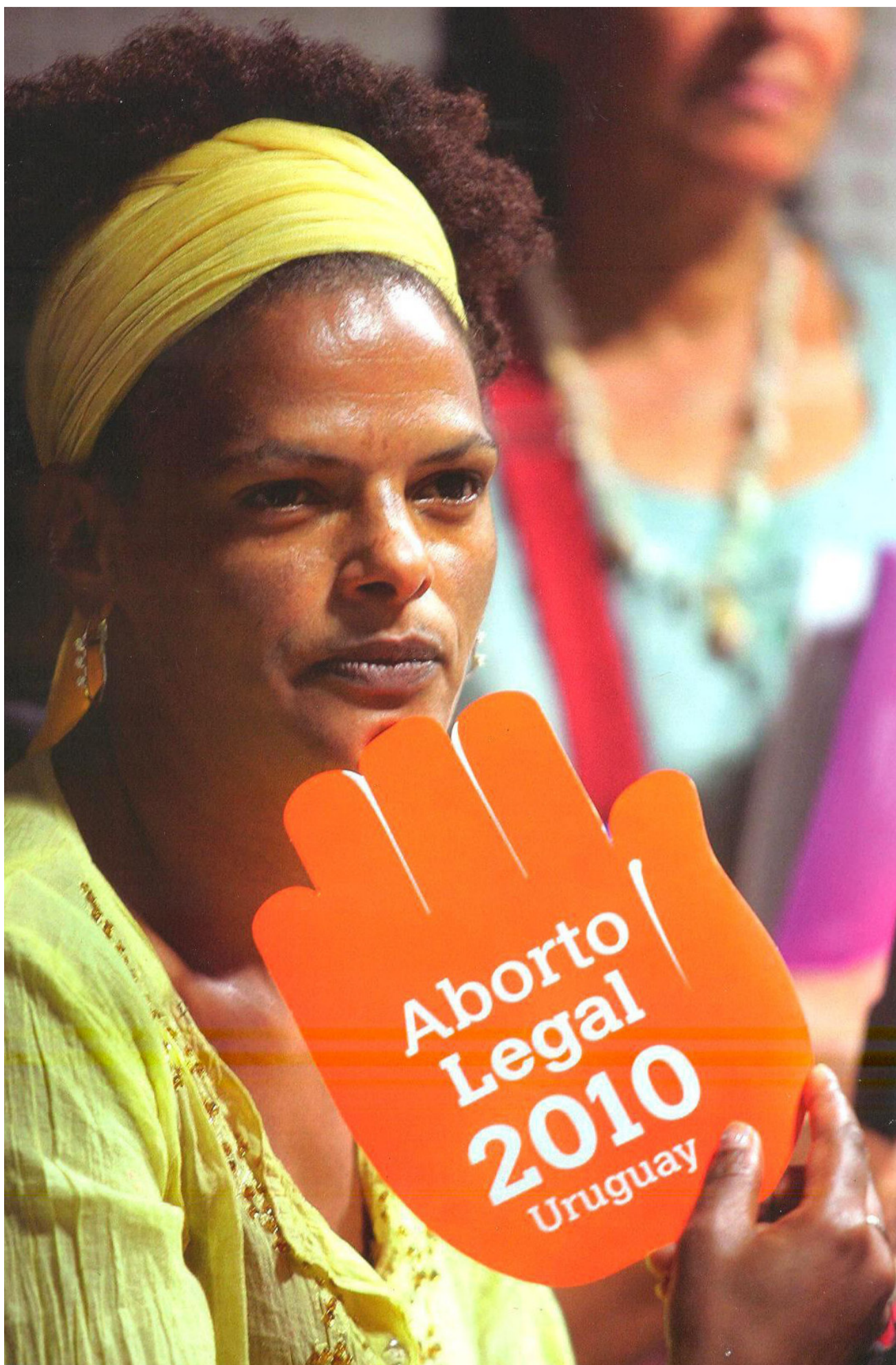
A discussão sobre a legalização do aborto, por exemplo, vem sendo amadurecida há três, quatro anos, no mínimo. “A Frente Ampla discute esses temas de forma natural, não como questões de campanha eleitoral. Porque não se ganha campanha com isso, nem no Brasil nem no Uruguai. O conservadorismo no Brasil tem a ver com a ignorância, com a baixa qualidade do sistema educativo, a pouca consciência política. Quem é que propõe esses temas? É uma população urbana, de classe média, com perfil universitário e que não seja de católicos carolas. O Uruguai tem tudo isso como vantagem”, analisa Padrós.

Drogas – Rojo esclarece que o uso de drogas não foi descriminalizado no Uruguai, mas que o usuário não sofre coerções, como ocorre na legislação do Brasil e da Argentina. A psicóloga Eliana informa que a lei uruguaia distingue posse de tráfico. “Com até 100 gramas de maconha praticamente ninguém é processado, tudo depende do juiz”, exemplifica.

“No Uruguai, a droga e sua comercialização estão proibidas, ainda que haja pessoas fumando maconha em espetáculos públicos. E isso já não chama a atenção, pelo menos em Montevidéu. No interior, essa conduta não é aceita com normalidade, é censurada”, conta a professora primária de 47 anos María Betania Silveira Meirelles, residente da capital. “Acredito que deveriam tirar a proibição, assim os que as fabricam e comercializam não lucrariam com a desgraça alheia”.

União homossexual – “Há uma onda nos países latino-americanos de discutir esses temas; os setores homossexuais estão se mostrando publicamente. Estamos falando de países com uma consciência política aparentemente muito forte, mas profundamente machistas, como resultado de uma tradição espanhola arraigada”, observa o professor Padrós.

Eliana conta que em 2007 adotou-se a *Unión Concubinaria*, que dá aos cônjuges com mais de cinco anos de convivência a maioria dos direitos do casamento. Mas não há cerimônia, os parceiros aparecem nos documentos como solteiros e não podem adotar filhos. “O casamento vale apenas nos casos de pensão alimentícia, separação de bens, heranças.” María Betania diz que há uruguaiois resistentes à ideia: “No interior, me parece que não é muito aceito. Em Montevidéu, se vê casais andando de mãos dadas na avenida principal. Mas, atenção, mesmo assim, se encontram cartazes em alguns pubs que alertam: ‘A casa se reserva o direito de admissão’. Com isso, digo tudo”.



Debates ocorrem desde o governo de Tabaré Vázquez, mas sua descriminalização deverá ser votada em março

Aborto: possível liberação enfrentará resistências

A descriminalização do aborto foi aprovada pelo Senado uruguaio em dezembro e deve ir à votação na Câmara quando o trabalho parlamentar for retomado em março. O presidente José ‘Pepe’ Mujica declarou que não vetará a lei se ela for aprovada. Em recente entrevista para a Folha de S.Paulo, ele afirmou que essa é uma questão de consciência: “Sou partidário de legalizá-lo. Acho que temos de apoiar a mulher nesse momento e, com esse apoio, em muitos casos se salva uma vida, porque a mulher retrocede. Mas, se deixamos que seja um ato clandestino, elas continuam fazendo aborto e ninguém as apoia”.

O professor Raúl Rojo acredita que o placar da votação será acirrado, mas a lei vai passar. “Entre outras coisas, porque o projeto é favoravelmente acompanhado por boa parte da sociedade uruguaia. Ele também supera a clivagem situação X oposição. Boa parte da oposição quer, por convicções profundas, sobretudo o Partido Colorado. Os Blancos são curiosos: as pessoas mais à esquerda do partido estão às vezes mais à esquerda que a Lista 15, a ala mais à esquerda do partido Colorado, mas ao mesmo tempo tem um setor conservador, ruralista, também no Partido Blanco, que é mais tradicionalista em todos os aspectos.” O pesquisador argentino considera

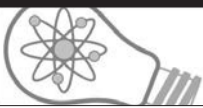
que a sociedade uruguaia é de “cabeça muito aberta”, ainda que haja algumas restrições, como a idade com a qual a mulher pode solicitar o procedimento. “Como em outros países, os ativistas não são defensores do aborto, mas defendem o direito de escolha do próprio corpo e desejam acabar com a hipocrisia que permite aos que têm posses suficientes para pagar uma clínica que o façam sem nenhum risco, enquanto o aborto clandestino fica justamente para as camadas mais despossuídas, menos letradas”, avalia Rojo. “Eu acredito que as ONGs e os defensores da lei no Uruguai tenham esclarecido que não se trata de favorecer o aborto, mas de não castigar duplamente a mulher que se vê constrangida a tomar uma decisão desse tipo”, opina.

“A discussão sobre o aborto já tinha sido apresentada pelo governo de Tabaré Vázquez com o apoio da Frente Ampla e de alguns setores do Partido Colorado”, conta Enrique Padrós. O projeto foi votado e aprovado antes de 2010, porém o presidente Vázquez (vinculado ao Partido Socialista, que também defendia a proposta), oncologista de profissão, vetou. “O argumento que ele sempre usou é que, como médico, não poderia cancelar uma lei dessas, por entender que se estava agredindo uma vida. Na época, houve crítica principalmente da Frente Ampla, inclusive dos setores

vinculados à Saúde, que, embora respeitasse a opinião do presidente, acreditavam que ele deveria ter acatado a decisão do Legislativo”, avalia o professor.

O professor uruguaio também comenta a questão religiosa: “A Igreja no Uruguai é muito fraca, embora provavelmente tenha crescido um pouco nos últimos anos. A escola laica é fortíssima e isso faz com que a separação entre Estado e Igreja seja uma questão reconhecida constitucionalmente”.

Apesar de acreditar na tendência de liberação, a veterinária de Montevidéu Virginia Urrestarazu discorda do aborto, salvo exceções. “Mas igualmente penso que se deve educar a população sobre a necessidade de condições de higiene e segurança para a paciente realizá-lo.” A também montevidense María Betania Silveira Meirelles diz que o tema é doloroso para muitos: “Por mais cultura cívica que tenhamos, não será facilmente aceito pela sociedade uruguaia. Trabalho com uma população extremamente pobre e há mães que, com 36 anos, têm oito ou nove filhos que vão reproduzir essa situação vulnerável. Para mim, isso é violação de direitos. Considero, se a mulher vai abortar, que seja com todas as garantias para sua vida e dentro de determinado período da gravidez”, conclui.



FLAVIO DUTRA/JU

O *Pampaphoneus biccai* tem 270 milhões de anos e foi descoberto por uma equipe de pesquisadores da UFRGS e da Universidade Federal do Pampa em uma fazenda no interior de São Gabriel

Reconstruindo o passado

Paleontologia

Pesquisadores encontram fóssil mais antigo de um animal terrestre da América do Sul

Em sua sala, no departamento de Paleontologia e Estratigrafia, o professor Juan Carlos Cisneros acessava o *Google Earth* à procura de imagens de satélite que apontassem a presença de novos sítios arqueológicos. Na tela do computador, ele observava cuidadosamente áreas sem vegetação e com processo de erosão, prestando atenção em cada detalhe da constituição das rochas – cor, textura aparente e tipo de corrosão, por exemplo. O método de pesquisa era pouco ortodoxo e baseado em princípios de erro e acerto. Afinal, não há como confirmar a presença de fósseis nas localidades identificadas pela internet. O professor estima em um para cinco as chances de sucesso – média que considera satisfatória.

Era início de 2008, Cisneros estava em Porto Alegre cursando o pós-doutorado na UFRGS – atualmente, ele é professor na Universidade Federal do Piauí – e concentrava suas buscas na região de São Gabriel. Naquele local, uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Pampa e da UFRGS já havia encontrado o crânio de um anfíbio de 270 milhões de anos. Apesar de saber do potencial paleontológico da região, enquanto terminava o mapeamento em seu computador, ele não esperava que os trabalhos de campo resultassem na descoberta do crânio completo do mais antigo fóssil terrestre da América do Sul. Depois de quatro anos de pesquisas, em janeiro passado, o material foi catalogado com o nome de *Pampaphoneus biccai* – o primeiro termo significa “matador dos

pampas”, já o segundo faz homenagem ao proprietário da fazenda em que o fóssil foi encontrado, José Bicca.

Há menos de um ano, a equipe do departamento de Paleontologia e Estratigrafia da Universidade já havia anunciado a descoberta de um fóssil raro, encontrado na mesma região. Tratava-se do *Tiarajudens eccentricus*: registro mais antigo de um herbívoro com dentes de sabre. O animal apresentado agora viveu na mesma época, durante o período Permiano – mais de 260 milhões de anos atrás –, antes da presença dos dinossauros na Terra. Nesse período, o ambiente gaúcho era árido e, no que hoje vemos a região plana dos pampas, existiam enormes dunas. “Mais de 99% da informação que temos desse período foi encontrada na África e na Rússia e nos Estados Unidos. Não se sabia quase nada sobre como eram os animais desse período geológico na América do Sul. Essas descobertas no Rio Grande do Sul são as únicas do continente”, ressalta Cisneros.

“**Matador dos pampas**” – O nome dado ao animal encontrado no município de São Gabriel faz referência às suas habilidades como predador. Devido ao comprimento do seu crânio – entre 32 e 35 centímetros –, acredita-se que o *Pampaphoneus* tivesse cerca de 3 metros e pesasse entre 350 e 400 quilos, podendo ter seu tamanho comparado ao de um leão. O fato de ser carnívoro é comprovado pela sua dentição: ele atacava as presas, inclusive o *Tiarajudens*, com seus caninos recurvados, tais como um anzol, e utilizava mais oito dentes serrilhados para mastigar. O animal é um dinocéfalo – ancestral distante dos mamíferos.

“Foi necessário terminar boa parte da limpeza para saber do que se tratava porque, antes disso, algumas características anatômicas não eram visíveis. Sem isso, era impossível ter certeza de a qual grupo de animais o fóssil pertencia. Sabíamos, porém, que era algo

diferente”, lembra Cisneros. Depois da coleta, o material foi levado para um laboratório da UFRGS, onde, durante um ano, foi realizada a limpeza do crânio. O trabalho exige muito tempo e cuidado, já que o fóssil tinha óxido de manganês – um mineral escuro e duro – aderido à sua superfície. Nessa etapa, resinas também foram aplicadas para dar resistência aos ossos.

Em seguida, utilizando moldes de silicone, os pesquisadores criaram uma réplica do fóssil. Essa peça, idêntica à original, foi transportada por Cisneros até a África do Sul para compará-la a outros dinocéfalos. Enquanto isso, um professor do grupo de pesquisa viajou à Rússia para coletar informações sobre as espécies encontradas naquele país. “Juntamos todas as informações que tínhamos no mundo. Por meio de comparações, percebemos que o

crânio descoberto no Rio Grande do Sul tinha características anatômicas diferentes das dos outros animais, o que significava que ele pertencia a uma nova espécie”, explica Cisneros.

De posse de todas essas informações, com a ajuda de um programa de computador, a equipe realizou uma análise filogenética – comparação de características anatômicas para indicar os parentes mais próximos do animal. Constatou-se, então, a semelhança com espécies que viveram na Rússia. O que, de acordo com o professor Cisneros, foi “uma das descobertas mais interessantes”, visto que isso constitui uma forte evidência de que as faunas terrestres do supercontinente Pangeia tinham uma distribuição global já durante o Permiano Médio. Ou seja, devido à proximidade do Brasil com a Rússia, os vertebrados terrestres eram capazes de

se locomover entre essas regiões.

Os pesquisadores – a equipe ainda contava com Cesar Schultz, da UFRGS; Fernando Abdala, Saniey Atayman-Güven e Bruce Rubidge, da *University of the Witwatersrand*, da África do Sul; e Celâl Sengör, da *Istanbul Teknik Üniversitesi*, da Turquia – publicaram um artigo científico anunciando a descoberta na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), da Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos, uma das mais conceituadas no meio científico internacional. Conforme Cisneros, o trabalho com o *Pampaphoneus* e com o *Tiarajudens* continua e as pesquisas devem resultar em novos artigos com informações mais detalhadas.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 7.º semestre de jornalismo da Fabico

Projeto garante continuidade das explorações

Para dar sequência aos trabalhos de campo, como os que encontraram os fósseis do *Tiarajudens* e do *Pampaphoneus*, a UFRGS desenvolve, desde 2011, o projeto Vertebrados e Plantas Permo-Triássicos da Porção Sul da Bacia do Paraná – Prospecção, Coleta, Preparação e Estudo. Contemplado por um edital do CNPq em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia especialmente destinado ao desenvolvimento da Paleontologia no Brasil, o projeto está em vigência até o final deste ano. Os recursos garantem o custeio das despesas e dos equipamentos para a realização das saídas de campo, além de financiamento para a aquisição de equipamentos para laboratórios e material bibliográfico. As pesquisas têm a colaboração de especialistas em diferentes grupos de fósseis, de cinco universidades, e de alunos de iniciação científica, graduação e pós-graduação.

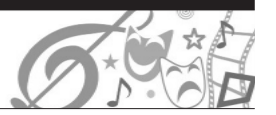
O objetivo do trabalho é manter ativa a pesquisa em áreas com potencial presença de fósseis

relativos ao intervalo de tempo entre o período Permiano – época em que viveram o *Tiarajudens* e o *Pampaphoneus* – e o Triássico – já com a presença dos dinossauros. Para isso, os pesquisadores optaram por concentrar as atividades na porção sul da Bacia do Paraná. “Este pacote sedimentar continental apresenta um amplo histórico de ocorrências de microfósseis vegetais e ossos de vertebrados fósseis para aquele intervalo de tempo, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, mas seu potencial fossilífero encontra-se ainda longe de ser esgotado”, afirma a professora do departamento de Paleontologia e Estratigrafia da UFRGS Marina Bento Soares.

De acordo com a docente, o projeto amplia as possibilidades de comparação com espécies semelhantes encontradas em outras localidades, o que permite o estabelecimento das idades dos materiais estudados. Assim, é possível

verificar se as faunas são semelhantes, se há relações de parentesco entre as espécies, para estabelecer rotas de migração – da mesma forma que foi feito com o *Pampaphoneus*. Nesse sentido, as primeiras comparações são feitas com rochas pertencentes ao Gondwana – antigo continente que reunia América do Sul, Índia, Antártica e Austrália –, devido à maior proximidade das massas de terra na época e, conseqüentemente, à maior afinidade entre as faunas.

Os resultados obtidos animam os professores e podem resultar na apresentação de fósseis de animais e plantas desconhecidos até então. “Vários novos materiais foram coletados. Podemos destacar fósseis de anfíbios do Permiano Superior do Paraná e também novos materiais de dinossauros do Triássico coletados em Agudo, no Rio Grande do Sul. Todos ainda se encontram em fase de preparação e estudo, podendo constituir espécimes inéditos”, revela Marina.



A boba (1915/1916), de Anita Malfatti, foi uma das pinturas da artista que precedeu a Semana de 22



Marco nas artes

Semana de 22 Passados 90 anos, especialistas negam papel do evento como precursor do Modernismo brasileiro

Jacira Cabral da Silveira

A Semana de Arte Moderna, realizada de 11 a 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, acaba de completar 90 anos. Nos idos daquela época, o evento reuniu escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos que representavam a vanguarda expressiva de então. A comemoração da data, entretanto, não faz parte do calendário de programações dos espaços culturais da maioria das capitais brasileiras, inclusive de Porto Alegre, com exceção de São Paulo, que já tem realizado algumas exposições, e da grade de programação de uma ou outra emissora de canal fechado.

O professor de História e Teoria da Arte do Departamento de Artes Visuais da UFRGS Luis Edegar de Oliveira Costa é cauteloso ao abordar

a importância da Semana de Arte Moderna. Ele avalia que faz sentido quando determinados especialistas afirmam que a manifestação de 22 foi uma promoção centralizada e que se caracterizou como uma atividade paulista. Isso porque, explica o professor, “quem financiou a Semana foi o [Paulo] Prado e algumas pessoas que ele arregimentou para bancar aquele sarau”. Por outro lado, ressalva: “Qualquer comentário a respeito da Semana de Arte Moderna sempre vem carregado de algum sentido, como se já existisse uma leitura prévia do que foi esse episódio na história da cultura nacional”.

Ainda que não se oponha ao adjetivo ‘paulistana’, atribuído à Semana, Edegar ressalta que essa leitura não torna paulista o Modernismo Brasileiro como movimento, até porque, segundo ele, antes mesmo da Semana de 22 já haviam ocorrido manifestações modernistas, assim como continuaram a acontecer depois do sarau realizado no Teatro Municipal de São Paulo, explica o historiador. A mais importante dessas atividades culturais foi a exposição de Anita Malfatti, de 12 de dezembro de 1917 a 11 de janeiro de 1918, considerada um marco na história da arte modernista no Brasil. Além das 53 obras da artista, foram apresentados trabalhos de nomes internacionais ligados às vanguardas históricas, como Floyd O’Neale, Sara Friedman e Abraham S. Baylinson.

Da ousadia à caretice – Tida como o estopim da Semana de Arte Moderna, a exposição de Anita causou impacto com suas telas de aspecto expressionista – atributo muito novo para os padrões da arte brasileira de então. A crítica de Monteiro Lobato em seu artigo Paranoia e mistificação, publicado no jornal O Estado de São Paulo em 20 de dezembro de 1917, ilustra o tipo de mentalidade conservadora que os modernistas – e em especial os articuladores da Semana – queriam confrontar. Com veementes ataques à pintora – recém-chegada dos Estados Unidos, onde estudara numa associação desvinculada da academia e na qual teve a liberdade de pintar sem quaisquer limitações estéticas –, Monteiro Lobato afirma que existem duas categorias de artistas: “Uma composta dos que veem normalmente as coisas [...] A outra espécie é formada dos que veem anormalmente a natureza [...]”.

Após a exposição de 1917, Anita experimentou um período de sofrimento. Até mesmo o tio que havia financiado seus estudos no exterior quis destruir uma de suas telas a bengaladas. Esse estado de ânimo vai se refletir em sua produção futura, conforme está registrado na página do Museu de Arte Contemporânea da USP: “A São Paulo cosmopolita irá se constrianger ao observar as telas toscas, adocicadas e falsamente ingênuas que Anita passa a produzir após a primeira fase modernista. A artista que pintou

obras como *O homem amarelo*, *A boba e Mulher de cabelos verdes*, não quer mais ser vanguarda, nem acadêmica. Ela quer uma pintura simples, facilmente compreendida por todos e que dificilmente será aceita por seus colegas de aventura do modernismo”. Na opinião de Edegar: “Ela ficou caretá”.

Para a pesquisadora, professora e crítica de arte Icléia Cattani, a Semana de 22 constitui-se num marco da história cultural brasileira. Edegar é da mesma opinião e justifica dizendo que a Semana teve o papel de chamar a atenção para determinados aspectos que definiam a produção artística brasileira das imediações da década de 20, ou seja: uma cultura de cunho passadista, identificada com a arte acadêmica, caracterizada pela tentativa de manter com rigor as regras formais, estéticas e técnicas do estilo das academias de arte europeias dos séculos 17 e 19.

Espalhafatosa – Na avaliação de Edegar, a relevância da Semana de 22 é o fato de ela concentrar uma crítica mais contundente, ou mais espalhafatosa, com relação ao que era dominante na produção cultural brasileira à época. Por outro lado, o professor julga complicado atribuir à manifestação o caráter fundador do Modernismo no país, preferindo considerá-la um marco. Mesmo porque, com exceção da produção de Anita Malfatti, não eram tão modernas as obras dos artistas que criticavam os cânones que já não faziam mais sentido para uma cidade em expansão e para um país que começava um processo incipiente de modernização e industrialização. “O que houve de mais moderno na Semana de 22 talvez tenha sido o poema *Os Sapos*, de Manuel Bandeira”, acrescenta.

A relevância que se dá às artes plásticas tem a ver, na opinião do professor, com a exposição de Anita Malfatti em 1917. E os holofotes que se lançam sobre a Semana apagam um pouco outras manifestações que já eram representativas do Modernismo brasileiro, como a caricatura, que ganhava espaço nos jornais. Havia também o trabalho do artista plástico Almeida Júnior, que com sua obra *O Picador de Fumo* representa a realidade brasileira com uma luz não tão acadêmica.

Gilda de Mello e Souza tem um texto sobre o Modernismo antes da Semana de 22, mencionando as obras de Visconti, Timóteo da Costa e Almeida Júnior para mostrar que há uma gestualidade ou uma postura corporal que apontariam já para uma espécie de brasilidade, que era outro aspecto defendido pelos promotores da Semana de 22 e do próprio Modernismo brasileiro. Por outro lado, Edegar observa que essa ideia de brasilidade se torna um problema porque se diferencia do Modernismo em evidência no resto do mundo, que era um movimento de ruptura. “O Modernismo brasileiro, quando muito, faz uma ruptura com a tradição, assim como o Impressionismo faz uma ruptura com o passado”, destaca. Mas ele aponta para uma contradição presente no sarau de 22: “A partir da Semana vamos ter, dentro da arte moderna brasileira, o esforço de construir uma tradição visual – e isso se dá muito nas artes visuais. O que é uma contradição: se você quer ser moderno, como é que você constrói a tradição?”.

Modernidade nas páginas de *Madrugada*

“O passeio infalível, da esquina do Café Colombo à esquina da Casa Masson, reproduzia o encontro marcado na rua central de uma pequena cidade do interior. A Rua da Praia era um salão de clube, de portas abertas para uma festa semanal onde, em obediência a um rito profano, que nada devia aos mandamentos da sinagoga, todos iam sabardear um pouco.” O texto do poeta Augusto Meyer ilustra a cidade como o espaço da novidade modernista, em especial a “invenção” da Rua da Praia, como definiu Cláudio Cruz ao escrever sobre literatura e cidade modernas.

Foi justamente em uma das mesas do Café Colombo que nasceu a ideia da criação da revista *Madrugada*, lá pelos idos de 1926. Acostumados a frequentar o local, amigos e promissores literatos queriam criar uma publicação articulada com o Modernismo, dando visibilidade aos novos escritores e artistas. Além de Augusto Meyer, integravam o grupo nomes como Theodomiro Tostes, João Santana, Miranda Netto e J.M. de Azevedo Cavalcanti, e também Sotero Cosme, responsável pela edição de arte. A revista durou apenas cinco edições

e mesmo assim fez surgir novos colaboradores: Miranda Neto, Vargas Neto e João Fahrion. Este último famoso por registrar com suas pinturas e desenhos a condição feminina em uma sociedade conservadora através de mulheres ao mesmo tempo sensuais e contidas, conforme avaliação da artista plástica Maria Amélia Bulhões Garcia.

Madrugada trazia poemas, ilustrações, caricaturas e imagens de cunho modernista. Também podiam-se encontrar “fotos das mais belas moçoilas, reclames de profissionais liberais e do comércio local [...],

passando pelo Clube dos Caçadores, a principal casa noturna masculina da capital”, escrevem as jornalistas Paula Ramos e Cida Golin em artigo intitulado *Jornalismo cultural no Rio Grande do Sul: a modernidade nas páginas da revista Madrugada*. Para as autoras, o grupo da *Madrugada* foi o que mais recriou a paisagem urbana local: “Havia entre eles uma consciência coletiva de envolvimento com a cidade que os levava a detectar os ritmos e mudanças do urbano, numa atitude característica da modernidade, desde o *flâneur* de Baudelaire”.

JU indica

Ecoss do planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental

Ilza Tourinho Girardi, Eloísa Beling Loo-se, Clarissa Cerveira de Baumont (orgs.)
Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011,
160 páginas
R\$ 25 (preço médio)



Lançada durante a 57.ª Feira do Livro de Porto Alegre, essa obra reúne nove textos de pesquisadores gaúchos que analisam como as informações ambientais são vistas, produzidas

e veiculadas, e quais os efeitos de tais ações. Na apresentação, as organizadoras chamam a atenção para o fato de que a realização de pesquisas por si só não é capaz de trazer benefícios à humanidade. Segundo elas, para que o ciclo da pesquisa acadêmica seja completo é preciso que os resultados alcançados sejam conhecidos e discutidos, que circulem na sociedade. As autoras apontam também uma lacuna nos estudos realizados nas ciências sociais e aplicadas no que diz respeito às pesquisas sobre sustentabilidade ambiental. Por isso, os textos que integram a publicação se propõem a qualificar o incipiente campo teórico do jornalismo ambiental no Brasil. O artigo assinado pela jornalista e mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS Carine Massier, intitulado “As rotinas de produção jornalística como o novo vilão do meio ambiente”, analisa as condições de produção dos jornais Zero Hora e Correio do Povo, procurando averiguar a validade teórica do jornalismo ambiental para as rotinas de produção diária. O texto também procura avaliar a autonomia dos jornalistas em relação às pressões das fontes e das organizações institucionalizadas. A autora conclui que a estrutura organizativa, a política editorial e as rotinas de produção influenciam diretamente na forma como as matérias são publicadas. Carine sustenta que o início dessa formatação se dá na escolha das fontes – que permanecem ligadas ao poder instituído pela sociedade, por vezes em razão da disponibilidade de tempo na rotina do repórter. Além disso, o espaço torna-se também um dos obstáculos para a qualidade das matérias sobre o meio ambiente. Isso porque, por mais que o repórter se esforce em coletar dados, tirar dúvidas sobre termos técnicos que envolvem o assunto e aprofundar ao máximo o conteúdo, a matéria muitas vezes é publicada com várias alterações em consequência da edição. Outro texto que compõe a coletânea, de autoria da jornalista e professora da Universidade Federal de Mato Grosso Patrícia Kolling, expõe os resultados de uma pesquisa empírica sobre os sentidos produzidos por três famílias de agricultores da região de Santa Rosa a respeito de temas como degradação e preservação ambiental, uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas. A partir da audiência do programa Globo Rural e de entrevistas realizadas com os agricultores, a autora constatou que eles têm consciência dos graves problemas ambientais vivenciados atualmente e da importância de buscar alternativas para preservar o ambiente. Porém, confrontados com um sistema capitalista de produção, que exige tecnologia, produtividade e lucratividade, eles vivem numa encruzilhada, em que a busca do lucro choca-se com o cuidado com a saúde e com o meio ambiente, do qual dependem para viver. Assim, o desejo de usar produtos naturais e alternativos se depara com o desequilíbrio ambiental e o aumento de pragas e de insetos. Da mesma forma, os costumes e ensinamentos herdados dos antepassados opõem-se às técnicas ensinadas pelos técnicos e pela televisão. (Ania Chala)



ELIANO DUTRA / JUI

A fábrica de acordeões Todeschini funciona hoje na Lomba do Pinheiro e produz uma média de 70 instrumentos por ano

A musicalidade do fole

Acordeão Com apenas quatro fábricas no Brasil, o instrumento característico da música regionalista sul-rio-grandense oferece muitas possibilidades sonoras, inclusive em repertórios para concerto

Everton Cardoso

Se alguém perguntasse qual seria a cantiga mais tradicional do folclore gaúcho, certamente não haveria unanimidade. “Vou-me embora, vou-me embora, prenda minha...”, cantariam alguns. “Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho...”, lembrariam outros. “Meu boi Barroso, meu boi Pitanga...”, ariscariam mais alguns. Não há dúvida de que muitas cantigas mais viriam à mente de quem fosse interrogado, mas uma coisa é certa: no imaginário musical sul-rio-grandense, seja qual for a melodia, ela seria muito mais autêntica se executada por uma ‘gaita’ – nome local dado ao acordeão. E a impressão que se tem é que sempre foi assim.

O instrumento tão característico da música regionalista local não é, porém, nem tão autóctone nem tão antigo. Até as últimas décadas do século XIX eram as violas e rabecas – espécie de violino simples de confecção artesanal – que serviam de instrumentos para a execução da música sul-rio-grandense, cujas principais influências provinham da cultura hispânica dos países do Prata e da tradição lusa, trazida por exploradores brasileiros e também pelos imigrantes açorianos que aqui aportaram.

Conforme escreveram Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, em seu *Manual de Danças Gaúchas*, a rabeca teria sido introduzida no Rio Grande do Sul pelos missionários jesuítas a partir do século XVII, que perceberam a vocação musical dos indígenas que aqui habitavam. Assim, os temas mais antigos e característicos do folclore musical gaúcho – Pezinho, Balaio, Cana-verde, Tirana – eram originalmente executados ao som desses instrumentos de cordas. Somente já próximo ao século XX é que essa realidade se modificaria.

Nova musicalidade – “A gaita matou a viola/ o fósforo matou o isqueiro/ a bombacha, o chiripá/ e a moda o uso campeiro.” A quadrinha folclórica registrada por Côrtes e Lessa ilustra bem a modificação nos costumes e também na cultura musical gaúcha. O acordeão chegou em terras sulinas somente com os primeiros imigrantes italianos, ou seja, a partir de 1875. Aliás, o instrumento era ainda uma novidade naquele momento. De origem controversa, teria sido desenvolvido na Áustria ou na Alemanha logo no início dos anos 1800. A patente do instrumento foi dada em 1829 ao fabricante de pianos e órgãos austríaco Cyrill Demian.

Segundo o professor de música do Instituto de Artes da UFRGS Antônio Carlos Borges-Cunha, o acordeão se comunica fácil com as pessoas, principalmente por sua semelhança com a voz humana. Isso fez com que se tornasse bastante popular. “Essa popularização e certa falta de sensibilidade artística banalizaram o instrumento. Nos anos 1950 e 60, o xodó era ter um acordeão nas famílias”, relata. Com a chegada do rock-’n’-roll e da guitarra elétrica, no fim da década de 1960, o instrumento foi praticamente banido. “Ninguém queria ouvi-lo nem vê-lo, não era de bom gosto”, lembra.

O músico e proprietário da fábrica de acordeões Todeschini Mano Monteiro conta que tem amigos que, quando tinham de tocar, colocavam a gaita dentro de uma mala, pois era constrangedor ser visto carregando o instrumento. E eram músicos bons, agora muito reconhecidos. “Hoje não há vergonha, virou algo nobre, cultural”, pondera. Entre os acordeonistas capazes de extrair o melhor som do acordeão, Borges-Cunha destaca Luciano Maia, músico conhecido no meio tradicionalista sul-rio-grandense, mas

com trânsito por outros gêneros. Entre os mais dedicados à música gauchesca, o maestro destaca Luís Carlos Borges, Adelar Bertussi, Albino Manique e Edson Dutra – os dois últimos gaiteiros dos grupos *Os Mirins* e *Os Serranos*, respectivamente, famosos animadores de bailes à gaúcha em todo o Brasil.

Possibilidades musicais – Quando se vê um acordeão, o que mais chama a atenção certamente é o fole, que é aberto e fechado pelo instrumentista a fim de fazer com que o ar ali acumulado movimente as palhetas no interior do instrumento. Essa é a parte responsável pela interpretação da música, pois ela determina a duração da nota e também os efeitos desejados pelo intérprete, como a vibração e a intensidade do acorde. Do lado direito, ficam um teclado semelhante ao de um piano ou um conjunto de botões, dependendo do modelo do acordeão. Junto a esta parte, estão os registros, teclas que modificam

o som e o assemelham ao produzido por outros instrumentos – entre os mais comuns estão master (o principal, com o som original de acordeão), órgão, violino, flauta e saxofone. Do outro lado do fole, estão os baixos – chegam ao número de 120 –, que normalmente são usados para dar o ritmo determinado pelo estilo de música, ou seja, a base. Esse modelo de acordeão é conhecido como *stradella*, cujos acordes já vêm prontos de fábrica.

Ainda que no Brasil o acordeão esteja normalmente associado à música popular, ele tem sido bastante utilizado em repertórios contemporâneos de concerto, sobretudo a partir dos anos 1970 na Rússia e na Alemanha. O instrumento usado para esse tipo de música, porém, não é o mesmo adotado em gêneros menos eruditos. No tipo de acordeão conhecido como *free bass* – baixo livre, em inglês – ou *bayan*, os acordes vão sendo formados pelo músico durante a execução, não vêm

preestabelecido pelo fabricante. Hoje, Rússia, Alemanha e Canadá são os países em que mais se produzem obras para concerto com solo de acordeão, tendência essa que mais recentemente se espalhou pelo resto da Europa e pela Ásia. O instrumento já se tornou bastante comum também na França, na Itália e na Espanha.

“No cinema, quando se quer dar uma atmosfera francesa, por exemplo, sempre se coloca uma música tocada em acordeão, como a tradicional *La Vie en Rose*”, lembra Borges-Cunha. Entre as principais qualidades do instrumento que o credenciam para a produção de composições mais elaboradas, o maestro destaca as diferentes possibilidades que ele oferece ao instrumentista: “O acordeão tem a capacidade de ser sutil, delicado, mas também violento. Com ele é possível expressar tanto melancolia quanto alegria. É um instrumento versátil, tem inclusive características percussivas”.

Mercado nacional em expansão

Bento Gonçalves teve o maior fabricante de acordeões do tipo *stradella* da América Latina. Entre as décadas de 1940 e 1960, a Todeschini chegou a produzir 1.750 unidades por mês e os instrumentos, cuja fama ainda hoje permanece, eram exportados para vários países da América. A história da fábrica está ligada à biografia de Luiz Matheus Todeschini, que na adolescência começou a fazer acordeões com seu vizinho Luigi Somensi. Foram eles que, em 1925, fabricaram o primeiro acordeão a piano no Brasil. A partir de então, a produção e a empresa cresceram continuamente. No final da década de 1960, porém, as vendas começaram a cair e, em 1971, mais da metade da indústria foi destruída em um incêndio. Dois anos depois, a Todeschini deixava de

produzir acordeões e passou a se dedicar à indústria moveleira. Mas as gaitas que ainda permaneciam como referência voltariam a ser produzidas em 2010. Não mais na Serra Gaúcha, mas na capital. O responsável por essa retomada foi Mano Monteiro, bandoneonista há 43 anos que, desde o fim dos anos 1990, dedica-se à manutenção e à fabricação de peças para instrumentos dessa marca.

De acordo com Monteiro, hoje há bastante mercado para acordeões no Brasil. Há, porém, somente uma empresa que produz instrumentos totalmente no país. É a Minuano, que fica em Tuparendi, município situado no noroeste do Rio Grande do Sul. Existem ainda mais duas fábricas no país, em Jaú (SP) e Campina Grande (PB). Como a Todeschini, essas duas não fabricam todo o instrumento.

Uma parte significativa das mais de 3.800 peças que compõem o acordeão são importadas da Itália. “75% das partes vêm de fora, o resto é produzido aqui, como o fole. A afinação também é feita em nossa fábrica”, conta. “A gente dá as características sonoras da cultura brasileira tanto do centro do país quanto do sul”. Para o proprietário da empresa que fabrica uma média de 70 gaitas por ano, é o investimento ferramental que inviabiliza a produção totalmente nacional: “Seria preciso produzir entre 500 e mil instrumentos por ano para compensar, além de demandar pessoal especializado”. Monteiro diz que chegam ao Brasil muitos acordeões chineses com baixo preço, baixa qualidade e que não têm assistência técnica. “São praticamente descartáveis”, adverte.

Redação: Ánia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



A culpa é do Fidel, filme de Julie Gavras, integra a mostra em cartaz no cinema universitário

Cinema francês

Sala Redenção Programação de março abre espaço para divulgar a produção recente

Na volta às aulas, o cinema universitário Sala Redenção apresenta o ciclo Vertentes do Cinema Francês, com uma seleção de 24 filmes produzidos na última década.

Segundo a curadora do espaço e especialista em cinema Tânia Cardoso de Cardoso, a proposta do ciclo é apresentar as produções mais recentes de cineastas nascidos a partir dos anos 1960. Tânia acrescenta que anualmente a Sala organiza pelo menos uma mostra de filmes franceses, tendo em vista a influência das produções daquele país. “A exemplo do italiano, o cinema francês é um dos poucos que mantêm características específicas que o diferenciam das produções de outros países. Ele mantém sua nacionalidade e tem uma forte influência do existencialismo. Sou uma apaixonada pelo cinema francês”, diz.

Um dos destaques da programação é o longa-metragem *Questão de imagem*, da cineasta Agnès Jaoui, que teve uma passagem muito rápida pelas salas de Porto Alegre. A produção, de 2004, é apontada pela crítica com um belo estudo sobre o comportamento humano, feito de forma extremamente sensível, com atuações excelentes de todo o elenco. O tema são as relações afetivas, familiares, a vaidade, o casamento, a fama,

e, em especial, as agruras da adolescência.

Tânia também salienta o trabalho dos diretores Claude Miller (*Feliz que sua mãe esteja viva*) e Jacques Audiard (*De tanto bater meu coração parou*), ambos nascidos antes dos anos 60, mas com uma produção que apresenta grande atualidade.

Formação de plateia – A curadora conta que o projeto atual da Sala foi sendo definido aos poucos: “A grande maioria de nossos ciclos é mensal e cada vez mais trabalhamos no resgate da memória de determinados autores, porque poucas salas da capital exibem os clássicos. Desde o ano passado, temos procurado investir no oferecimento de uma programação formativa, montando ciclos com temáticas específicas, reunindo produções de diferentes nacionalidades e organizando mostras especiais dedicadas a um ou mais diretores”, explica. Tânia esclarece que tal política é importante porque acaba atraindo estudantes, pesquisadores e admiradores da sétima arte. “Em que outra sala da cidade é possível assistir a todos os filmes de Alfred Hitchcock? Claro que essas obras estão disponíveis em locadoras, mas só aqui o cinéfilo tem a oportunidade de acompanhar

toda a produção do mestre do suspense ao longo de um mês”, observa.

Além disso, ela considera que os textos de apresentação dos ciclos, divulgados por meio da Agenda da Extensão, servem como uma espécie de guia para quem acompanha nossa programação.

Conforme a curadora, boa parte dos frequentadores da Sala Redenção é composta por pessoas da terceira idade, alunos da UFRGS, livreiros, pessoas que estão estudando cinema e também por cinéfilos em geral. “Por incrível que pareça, ainda temos alunos da Universidade que ‘descobrem’ a Sala quase no final do curso, apesar de toda a divulgação que temos nos meios de comunicação”, critica.

Ainda em março, a Sala irá participar do Festival Internacional de Cinema de Verão de Porto Alegre, com sessões especiais às 14h. Além disso, durante todo o ano, será realizado o ciclo *A história da arte através do cinema*, que vai exibir mensalmente filmes sobre arte seguidos de palestras com convidados. A iniciativa é do Instituto de Artes, sob a coordenação do professor Luís Edegar de Oliveira Costa. Para mais informações sobre a programação, basta acessar o site www.difusaoacultural.ufrgs.br.

CINEMA

EM PARIS
(*Dans Paris*, França, 2006, 89 min), de Christophe Honoré
Dois filhos vivem realidades distintas: Paul sofre do mesmo tipo de depressão que levou sua irmã ao suicídio, enquanto Jonathan vive aventuras românticas pela cidade.
Sessões: 1.º de março, 16h; 5 de março, 16h

CANÇÕES DE AMOR
(*Les chansons d'amour*, França, 2007, 91 min), de Christophe Honoré
Quatro personagens cujas histórias se entrelaçam: Ismaél perambula sem direção por Paris, Erwann apressa um pouco seu passo, enquanto Jeanne é condenada à imobilidade, e Alice anda ao lado de Ismaél, mas resolve se afastar de seu caminho para seguir um rapaz que acaba de conhecer.
Sessões: 1.º de março, 19h; 2 de março, 16h



A BELA JUNIE
(*La belle personne*, França, 2008, 90 min), de Christophe Honoré
Bela garota muda de escola durante o ano acadêmico após a morte de sua mãe e começa a namorar um dos novos colegas, até se dar conta de que está apaixonada pelo professor de italiano.
Sessão: 2 de março, 19h

NÃO MINHA FILHA, VOCÊ NÃO IRÁ DANÇAR
(*Non ma fille, tu n'iras pas danser*, França, 2009, 105 min), de Christophe Honoré
Após a separação, Lena tenta seguir a vida com seus dois filhos, Anton e Augustine. Ela deixa Paris e segue para a casa de sua infância, na Bretanha, interior da França. Lá reencontra os pais e os irmãos.
Sessões: 5 de março, 19h; 6 de março, 16h

QUESTÃO DE IMAGEM
(*Comme une image*, França/Itália, 2004, 116 min), de Agnès Jaoui
Jovem de 20 anos tem problemas de autoestima, apesar de ser uma talentosa cantora lírica. Além disso, não consegue chamar atenção do pai, um escritor que morre de medo do envelhecimento.
Sessões: 6 de março, 19h; 7 de março, 16h

8 MULHERES
(*8 femmes*, França, 2002, 107 min), de François Ozon
Oito mulheres são suspeitas do assassinato de um patriarca em sua casa de campo no interior da França. Todas têm motivos para querer a sua morte.
Sessão: 8 de março, de 16h

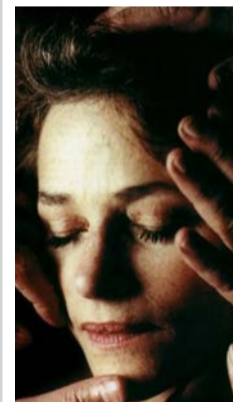
O GOSTO DOS OUTROS
(*Les goût des autres*, França, 2000, 112min), de Agnès Jaoui
Três homens, três mulheres, posições e gostos. Castella é o dono de uma empresa de transportes, Bruno é motorista profissional e flautista amador, Frank é um guarda-costas freelancer. Castella

negocia com iranianos, enquanto sua mulher faz decorações espalhafatosas e só pensa em seu poodle.
Sessões: 8 de março, 19h; 9 de março, 16h

O TEMPO QUE RESTA
(*Le temps qui rest*, França, 2005, 86 min), de François Ozon
Fotógrafo de moda bem-sucedido em luta contra um câncer passa a tratar mal todos que estão ao seu redor.
Sessões: 9 de março, 19h; 12 de março, 16h

AMOR EM 5 TEMPOS
(*5x2*, França, 2006, 90 min), de François Ozon
Cinco momentos marcantes na vida de um casal, cuja história é contada de trás para frente, começando no divórcio e retrocedendo até o dia em que eles se conhecem.
Sessões: 12 de março, 19h; 13 de março, 16h

O REFÚGIO
(*Le refuge*, França, 2009, 90 min), de François Ozon
Louis e Mousse são namorados e viciados em heroína. Depois que ele morre de overdose, ela descobre que está grávida. A jovem resolve ter a criança e se instala na casa de praia de um de seus antigos amantes.
Sessões: 13 de março, 19h; 14 de março, 16h



SOB A AREIA
(*Sous le sable*, França, 2000, 96 min), de François Ozon
Professora de literatura entra em desespero quando seu marido desaparece durante as férias de verão. Na dúvida entre o abandono, o suicídio ou a morte, ela decide agir como se seu marido ainda estivesse vivo.
Sessão: 15 de março, 16h

HÁ TANTO TEMPO QUE TE AMO
(*Il y a longtemps que je t'aime*, França, 2008, 116 min), de Philippe Claudel
Juliette retorna à sua família e à sociedade, após 15 anos de ausência e rejeição. Apesar de uma separação familiar drástica no passado, sua irmã mais nova, Léa, decide abrigá-la em sua casa, onde mora com o marido, as duas filhas e o sogro.
Sessões: 15 de março, 19h; 16 de março, 16h

ALBERGUE ESPANHOL
(*L'aubergue espagnole*, França, 2002, 115 min), de Cedric Klapisch
Xavier está terminando o curso de Economia e recebe uma oferta de emprego para a qual precisa saber a língua espanhola. Ele decide finalizar seus estudos em Barcelona, onde irá dividir um apartamento no centro da cidade com sete estudantes estrangeiros.
Sessão: 16 de março, 19h

BONECAS RUSSAS
(*Les poupées russes*, França, 2005, 125 min), de Cedric Klapisch
Continuação do sucesso *Albergue Espanhol*,

o filme dá sequência à história de Xavier e seus amigos. Agora com trinta e poucos anos, ele trabalha como escritor de telenovelas e jornalista freelancer, mas sonha poder ser livre para escrever suas próprias histórias.
Sessão: 19 de março, 16h

PARIS
(*Paris*, França, 2008, 123 min), de Cedric Klapisch
Enquanto trabalhava como dançarino, Pierre só tinha uma preocupação, seu próprio corpo. Isto muda quando ele descobre ter um sério problema cardíaco.
Sessões: 19 de março, 19h; 20 de março, 16h

FELIZ QUE MINHA MÃE ESTEJA VIVA
(*Je suis heureux que ma mère soit vivante*, França, 2009, 90 min), de Claude Miller
Garoto abandona seus dois filhos. Adotados por um casal, o irmão mais novo cresce sem crises existenciais, enquanto o outro mantém o desejo de conhecer suas origens. Quando o primogênito reencontra a mãe, ocupa o hiato da relação entre os dois de uma forma não convencional.
Sessões: 20 de março, 19h; 21 de março, 16h

BETTY FISHER
(*Betty Fisher et autres histoires*, França, 2001, 99 min), de Claude Miller
Deprimida após a morte de seu filho, escritora aceita criar uma criança raptada por sua mãe. Ao mesmo tempo, a mãe do menino sequestrado segue em busca do filho.
Sessão: 22 de março, 16h

A PEQUENA LILI
(*La petite Lili*, França, 2003, 100 min), de Claude Miller
Atriz famosa comemora seus 50 anos de idade em sua casa de praia, acompanhada do filho, do irmão e do amante, um cineasta estabelecido. O filho também quer ser diretor de cinema e está apaixonado por uma menina que pretende ser artista. Esses personagens se reencontram cinco anos mais tarde, quando suas vidas tomaram outros rumos.
Sessões: 22 de março, 19h; 23 de março, 16h

DE TANTO BATER, MEU CORAÇÃO PAROU
(*De battre mon coeur s'est arrêté*, França, 2005, 108 min), de Jacques Audiard
Homem destinado a seguir os passos de seu pai no mundo dos golpes imobiliários tenta mudar o rumo de sua vida estudando para tornar-se um grande pianista. Ele estuda com uma virtuose chinesa, que não fala francês. A música é o único elo entre os dois.
Sessões: 23 de março, 19h; 26 de março, 16h



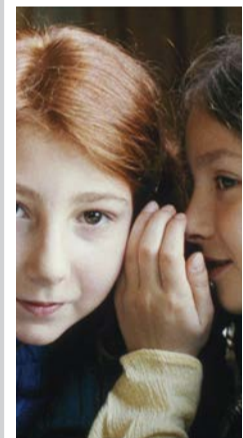
O PROFETA
(*A prophet*, França, 2009, 155 min), de Jacques Audiard
Jovem meio árabe e

meio cósico é condenado a seis anos de prisão. Na penitenciária ele conquista a confiança de todos para pôr em ação seu plano.
Sessões: 26 de março, 19h; 27 de março, 16h

NÃO SE PREOCUPE, ESTOU BEM
(*Je vais bien, ne t'en fais pas*, França, 2006, 92 min), de Philippe Lioret
Garoto de 19 anos volta para casa depois das férias e descobre que seu irmão gêmeo, após violenta discussão com seu pai, fugiu sem deixar vestígios. Culpa do pai pelo ocorrido, ela adoece, até receber um cartão postal do irmão.
Sessões: 27 de março, 19h; 28 de março, 16h

BEM-VINDO
(*Welcome*, França, 2009, 110 min), de Philippe Lioret
Jovem rapaz curdo viaja pelo Oriente Médio e Europa para ficar com a sua namorada, que imigrou para a Inglaterra. A sua jornada é interrompida no canal da Mancha, do lado francês, já que ele não sabe nadar. Mas ele encontra um ex-campeão de natação que lhe dá aulas.
Sessões: 29 de março, 16h; 29 de março, 19h

A CULPA É DO FIDEL
(*La faute à Fidel*, França, 2006, 99 min), de Julie Gavras
Menina que mora em Paris leva uma vida regrada e tranquila, dividida entre a escola católica e o entorno familiar. Mas a prisão e morte de seu tio espanhol, um comunista convicto, abala a família.
Sessão: 30 de março, 16h



STELLA
(*Stella*, França, 2008, 102 min), de Sylvie Verheyde
Garota vive com seus pais em um bar na periferia de Paris, onde atendem trabalhadores da região. Admitida em uma famosa escola parisiense, conhece a filha de um judeu intelectual. Por meio dessa amizade, ela é apresentada a um novo mundo, oposto a tudo que conhece.
Sessão: 30 de março, 19h

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4325

► **Pátio do Instituto de Psicologia**
Rua Ramiro Barcelos, 2.600
Fone: 3308-3034

► **Praça Central Câmpus do Vale**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
R. Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

ESPECIAL



A mulher que comeu o mundo

Evento de recepção aos calouros promovido pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS. O espetáculo traz elementos teatralizados e inclui o uso de pernas-de-pau, instrumentos musicais e máscaras. Para contar a história da *Mulher que comeu o mundo* a Usina do Tra-

balho do Ator fez uma incursão no universo das máscaras, propondo um espetáculo que privilegia a linguagem gestual, a narrativa por meio da música cantada e a pontuação através da percussão realizada por instrumentos musicais incorporados aos figurinos. A peça brinca com a metáfora da gorda relacionada à ganância e à busca pelo poder, revelando de forma criativa as diferentes faces da natureza humana.
Apresentações: 5 de março, às 12h30min, na praça central do Câmpus do Vale e 8 de março, às 12h30min, no Câmpus da Saúde. Entrada franca

MÚSICA



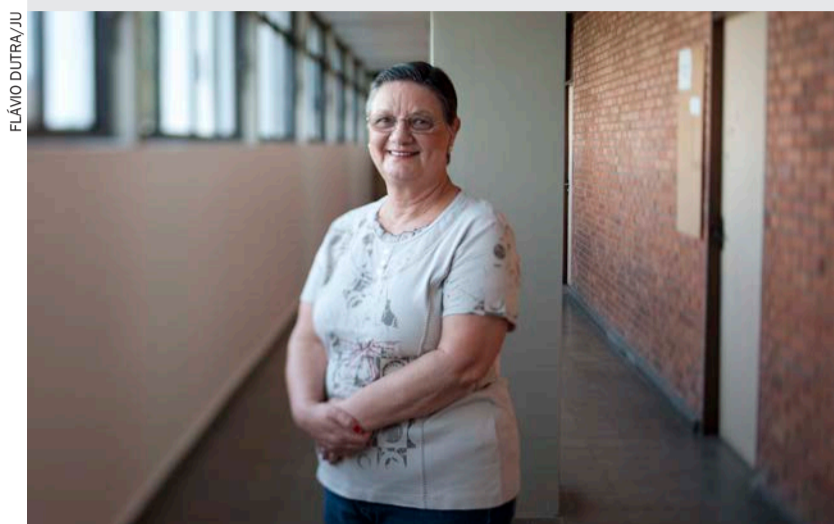
Flute Passion

Recital de Flauta Solo com Elena Cecconi (Gênova/Itália). No programa, obras de Mercadante, Kuhlau, Debussy, Ferroud, Buss, Piazzola e Ibert
Data: 9 de março de 2012, sexta-feira
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, às 19h, Entrada franca

Masterclass de Flauta Transversa

Curso com Elena Cecconi, professora de flauta na Universidade de Gênova, acumula prêmios internacionais e nacionais em concursos de flauta. Elena fez gravações para selos como Ricordi e Bayer Records e foi flautista principal das orquestras Toscanini (Parma) e La Fenice (Veneza). Ministra regularmente masterclasses nos Festivais Internacionais de Valtidone e Assisi (Itália) e em países como EUA, Alemanha e Japão.
Data: 10 de março
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, das 14h às 18h
Inscrições: até 7 de março via e-mail masterclasses@ufrgs.br

Meu Lugar na UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU

Sociologia como missão

Ao entrar na sala 206 do Instituto de Psicologia da UFRGS, Vera Maria Américo Lacerda percebeu imediatamente algumas mudanças: a presença do projetor mirando uma tela branca em frente ao quadro negro e um exuberante ar-condicionado na parede lateral. Na sua época, só existiam ventiladores. “Usei muito giz, depois trabalhávamos a partir de textos xerocados.” Aposentada desde 2006, a professora que ingressou na Universidade em 1.º de março de 1977 ministrava a disciplina de Introdução à Sociologia para todos os cursos de graduação naquele prédio, então conhecido como Ciclo Básico.

Ela conta que dar aula significou uma grande conquista: “Porque é um sonho de todo mundo ser professor na Universidade Federal, e continua sendo”. Vera diz que começou substituindo uma colega que estava em licença de saúde. “Ela foi transferida para outro setor, e acabei assumindo essa disciplina. Fiquei muito feliz. E, ao cabo de seis meses, já estava definitivamente empregada na UFRGS pelos meus méritos.”

A docente aposentada relata que era jovem e teve de lidar com o nervosismo no início, pois estava no lugar de alguém bem mais experiente. “Os primeiros dias foram muito difíceis porque tinha que estudar bastante, preparar o programa. Suava da cabeça aos pés, com aquele frio na barriga de enfrentar 30, 40, às vezes 50 alunos.” As turmas de Enfermagem, por exemplo, eram as maiores, conforme narra Vera.

Da sua trajetória, ela se orgulha de não ter faltado um único dia de trabalho. “Naquele semestre, fiquei grávida do meu terceiro filho. Quando voltei das férias de julho, já estava bem barriguda.” Sabendo das dificuldades do departamento, propôs ao seu chefe retornar a lecionar assim que ela tivesse com quem deixar o bebê. “E foi o que eu fiz. Quando minha filha tinha 22 dias, voltei a trabalhar com a maior alegria, mesmo amamentando”, destaca, acrescentando que pediu a compreensão dos alunos para algum atraso, mas jamais ausência.

A professora já morava no Bairro Cristal, onde reside até hoje. Certa vez, bateu o carro em frente ao estádio Beira-rio, deixou o automóvel encostado à calçada, chamou um táxi e depois da aula é que foi resolver a remoção para uma oficina. “Acho que trabalho é compromisso, assumimos e temos que ir até o fim. Eu vim pra cá com febre, dor no estômago, com diarreia, com ânsia de vômito, tomando remédios, mas eu vim”, ressalta.

Vera Lacerda contabiliza muitas satisfações e algumas mágoas durante cerca de três décadas nas salas do extinto Ciclo Básico. Inicialmente, a disciplina sob sua responsabilidade era obrigatória para todos os cursos e, por volta

de 1997, se tornou eletiva para algumas graduações. “Os anos foram transcorrendo e tive bons alunos, alunos medíocres e alguns que não davam a mínima, simplesmente conversavam outras coisas, faziam piquenique ou respondiam presença e iam embora. Assim foi durante muitos anos, até que um dia – eu já devia ter uns 20 anos lecionando – cheguei e disse: ‘Olha, vamos fazer o seguinte: quem está a fim de aprender Sociologia fica em aula, quem não está a fim, responde a chamada e vai embora, para não atrapalhar os demais que querem aprender’. Para as provas, estudavam ou rodavam. Muitos foram reprovados por causa disso.”

A professora lembra que tinha predileção por alunos questionadores e que sempre primou por aulas dinâmicas, à procura de respostas para as questões sociais importantes que o Brasil enfrentava. “Sinto-me gratificada por tudo isso. Missão cumprida. Despertei em muitas cabeças a paixão pelas Ciências Sociais, pois a Universidade não é privilégio só das Ciências Médicas e das áreas tecnológicas ou das Ciências Exatas”, exalta em tom de crítica. “Trabalhei com muita satisfação com centenas e centenas de alunos de vários cursos. Eu tive aluno de Matemática, de Relações Internacionais, de Geografia, de Física, de todas as áreas do conhecimento. Meu lugar é o de quem contribuiu pra formação de muitas gerações; pra compreensão da vida em grupo, da vida em sociedade.”

Assim, recorda de alguns nomes célebres que passaram pela sua disciplina. Mas uma dessas histórias é especial. Entre os orgulhos de Vera Lacerda está o fato de seus três filhos terem se formado na UFRGS. A terceira filha, aquela que teve de dividir as mamadas com as aulas de Sociologia, se graduou em Medicina e durante a residência em Medicina Comunitária no Hospital Conceição, em 2002, teve como professor o médico Francisco Jorge Arsego Quadros de Oliveira, que foi aluno da sua mãe. “Eu participei da formação dele, e ele depois participou da formação da minha filha. São coisas que devem ter ocorrido dezenas de vezes dentro da Universidade, com outros professores, com outros alunos, cujas histórias aconteceram aqui dentro dos câmpus”, conclui satisfeita.

Caroline da Silva

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

Perfil

Combate como herança

Enrique Serra Padrós Ainda com leve sotaque, professor nascido no Uruguai narra a sua própria história

Caroline da Silva

Informalidade é uma palavra associada ao professor de História Enrique Serra Padrós. Sua alegria é o reconhecimento dos alunos. Nos 19 anos como docente, costuma sempre ser indicado para homenagens. “Das 25 colações de grau que ocorreram nesse período, fui paraninfo em 15. E não visto toga!”

Conhecido por estudar o tema das ditaduras nas Américas Latinas – “Todo ano, em 1.º de abril tenho alguma atividade para participar” –, ele não é o que se poderia chamar de acadêmico padrão. Risonho, cumprimenta a todos pelos corredores. A conversa ocorreu na sala do chefe do Departamento de História, mas ele diz que a “sede” é provisória e afirma contar o tempo para deixar o cargo administrativo. Atualmente, também é vice-coordenador do mestrado em Relações Internacionais.

Família – No convite por telefone para dar a entrevista, ele já avisou que era difícil falar na primeira pessoa. O que de fato ocorreu: narrou a trajetória de seus antepassados como se estivesse dando uma aula de História. O docente é chamado de Padrós, o sobrenome da mãe, porque, pela tradição espanhola, ele é o último no registro: “Foi um trauma por um tempo, na verdade sou Serra Padrós. Alguns colegas que sabem dessa regra, quando me apresentam em alguma banca, até fazem essa menção. Durante muito tempo eu tentei bancar o Enrique Serra Padrós, até que comecei a ter problema na hora das indexações dos artigos”. Esforço justificado pelo estranhamento que causava na própria família: “Final, enquanto meus pais estavam vivos, ele me cobrava: vem cá, mas que história é essa? Fui derrotado, chegou um momento que eu não consegui mais, o ‘Padrós’ ficou automático.”

Pela sua temática de pesquisa, viaja bastante ao Uruguai e à Argentina, países em que retornam as confusões: “Lá eu volto a ser o Serra, o que parece uma coisa meio esquizofrênica. Então, estou abolindo definitivamente o Serra, o que evidentemente não me agrada, mas eu tenho que explicar em tudo que é lugar”.

FLÁVIO DUTRA/JU



Outra anedota sobre o professor envolve seu endereço eletrônico, que tem a palavra “Lola” antes do símbolo @. Ele sorri e explica: “Enfim, essas tecnologias de comunicação cumprem um belo papel, mas são tecnologias de controle também. Sempre as combati e até hoje não uso celular. A minha geração teve dificuldade de interagir com essa revolução, e os alunos começaram: ‘E aí professor, não vai ter e-mail, como é que a gente vai se comunicar?’”. Um dia escreveu o seu endereço no quadro da sala de aula. Os estudantes riram e alguns até comentaram que era “e-mail de travéco”.

Na realidade, Lola era a sua avó catalã, da qual mantém uma fotografia em sua sala. “É talvez a pessoa que teve a maior importância na minha formação pessoal. A minha família fugiu, se exilou e ela esteve presa durante três anos por causa da Guerra Civil Espanhola.” Padrós pensou em trocar o e-mail, mas quem o conhece já sabe que o endereço é esse mesmo: “Tem alguns colegas de outros lugares que já me chamam de Lolão, até pelo meu tamanho...”

O avô participava de um partido político. “Eles eram operários e ocupavam fábricas. Foram derrotados, e o meu avô teve de fugir porque era procurado. A minha vó ficou porque tinha três crianças pequenas, e foi presa por causa do marido. Minha mãe tinha 2 anos na época. Sua família passou muita fome, ela teve tuberculose e quase morreu. Depois, conseguiram enviá-la, aos 3 anos e meio, para o sul da França, onde meu avô estava escondido. Era um homem de quem ela quase nem lembrava. E teve de viver sozinha com ele mais uns quatro anos, sem ter contato com a mãe.”

No final de 1938, a maioria dos espanhóis atravessou a fronteira e tentou permanecer na França até o final da Segunda Guerra Mundial, porque imaginavam que a situação em seu país mudaria. “O estado francês tratou muito mal os exilados espanhóis. Não eram bem-vindos em lugar algum. À medida que os filhos cresciam, enfrentaram dificuldades com documentos para poder ter acesso à educação, e aí sim

veio a segunda parte do exílio. Então, decidem vir pra América.” O avô de Padrós tinha como opções o México, o Chile e o Uruguai. Pesou na decisão o fato de haver uma tia morando na região do Prata. Além das três primeiras crianças, depois que o casal se reencontrou, nasceram mais duas meninas de nacionalidade francesa.

Uruguai – “Em 1946 meus avós viajaram com uma mão na frente e outra atrás. Exilados e emigrantes quase que simultaneamente.” Já a família paterna demorou a sair da Espanha. “Eles eram republicanos, mas não ativistas. Para sobreviver durante o período do pós-guerra civil, meu avô fazia contrabando da França para a Espanha, sobretudo de comida. Ele foi preso várias vezes na fronteira.” Permaneceram até 1950, quando estourou a Guerra da Coreia. “Minha avó ficou muito marcada por ter vivido a guerra na Europa. Como se dizia que Franco colaboraria com qualquer guerra contra os comunistas, ela, tendo três filhos homens em idade de serem convocados, decidiu vir para a América também.”

Os pais do pesquisador se conheceram em Montevideu, mas ambos nasceram em Terrassa, uma cidadezinha pequena que hoje faz parte da Grande Barcelona, – onde incrivelmente moravam a poucas quadras de distância. “Eles se encontraram numa associação de catalães. A minha primeira língua é o catalão, que estou perdendo porque não tenho ninguém pra conversar”, lamenta o professor.

Brasil – Padrós trabalha desde os 16 anos, quando ajudava o pai na confeitaria que tinham no Bairro Partenon – “a partir do meio-dia até quase nove horas da noite, e todo o sábado”. Marceneiro no Uruguai, o desejo do pai do professor era voltar à Espanha: “Mas minha mãe não queria separar-se dos pais”.

Quando se mudou para Porto Alegre, o tio que já morava aqui sugeriu o Parobé. E foi lá que Padrós sofreu seu primeiro episódio de discriminação. Durante a seleção foi informado por um funcionário: “Não temos vagas para brasileiros, muito menos pra estrangeiros”. A memória ainda traz mágoas: “Isso lembro até hoje. Eu era muito magro e bem alto e quase fui pra cima do cara. Minha mãe teve que me conter. Ela também ficou brava, começou a chorar. Sabe? Não precisava, tem que ser respeitoso com as pessoas!”

Ironicamente, Padrós se tornou professor da rede pública: “Fui o quarto classificado num concurso de 40 mil e pude escolher a escola. Escolhi o Parobé”. Em março de 1989 se apresentou na secretaria do colégio e foi muito bem recebido. “Esperei ele me dizer tudo, assinar tudo.” Depois que foi apresentado à direção, disse para o homem: “Olha, agradeço a saudação, porque tenho um trauma com essa escola”. “Professor, qual é o seu trauma?”, perguntou surpreso o funcionário. Então o pesquisador contou o que tinha acontecido anos atrás. E o cara: “Mas não acredito”. “E foi o senhor quem fez isso”, argumentou. Tive o prazer de voltar para dar aula na escola em que, por alguma bobagem, não pude estudar”, relembra, completando que sua melhor experiência em sala de aula foi numa escola da grande Vila Cruzeiro.

Apesar das ótimas oportunidades no Brasil e de se dizer catalão, Enrique Serra Padrós frisa que seu coração é uruguaio e que só se naturalizou brasileiro por necessidade profissional, para se inscrever em concursos.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Coisas vazias

TEXTO E FOTOS **FERNANDO SCHMITT**

No início de novembro de 2009 visitei um apartamento cujo dono, um norte-americano, morrerá há quatro anos. Suas coisas ainda estavam lá, do jeito que ele as havia deixado. Existia ali um monumento à impermanência humana, um retrato de uma pessoa que não conheci, um sítio arqueológico cheio de pistas.

Minha primeira empreitada foi documentar tudo como encontrei. Fixei o tripé na altura dos olhos com a câmera na horizontal - queria manter esse ponto de vista meio cru, restaurar a primeira sensação de entrar naquele ambiente. Aos poucos, andando pelo apartamento, fui percebendo que ele estava realmente vazio. De afeto, de memória, de uso, de sentido. Eu podia registrar o que via, mas eu não enxergava além da capa superficial de aparência das coisas. Mais adiante, obtive permissão para mexer nos objetos e compor cenas com eles, emprestar um sentido meu àquilo que havia sido mutilado pela morte de seu dono.

Esse trabalho gira em torno de uma modalidade de futuro que nos amedronta. Fala das marcas produzidas pela passagem do tempo, dos vestígios e do legado que deixamos, do esvaziamento de afeto e memória daquilo que nos pertence e, no fundo de tudo, da nossa mortalidade. Daí, por exemplo, a escolha dos relógios, instrumentos com os quais tentamos medir e ordenar o tempo. Havia um em cada cômodo do apartamento, cada qual carregando em si a marca visual do momento em que parou.

Parte das imagens foi exibida, na forma de instalação durante o VII Paraty em Foco, em setembro de 2011.

FERNANDO SCHMITT é jornalista formado pela Fabico-UFRGS. Em Porto Alegre foi professor de fotografia na UFRGS, PUCRS e Unisinos. Atualmente vive em São Paulo.